



República Democrática de Timor Leste
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego



Estratégia Nacional para o Emprego



República Democrática de Timor-Leste
**Secretaria de Estado para a Formação Profissional e Emprego
(SEFOPE)**

Estratégia Nacional para o Emprego

Dezembro de 2008

Índice

Prefácio

Lista de Abreviaturas

Lista de Quadros e Caixas

Capítulo 1	Introdução
Capítulo 2	O Contexto Sócio-Económico
Capítulo 3	Estratégia de Emprego
3. 1	Criação de Emprego na Agricultura
	3. 1.i Aumentar a Produtividade, Rendimentos e Emprego na Agricultura
	3. 1.ii Acções e medidas imediatas
3. 2	Criação de Emprego nas Zonas Rurais e Aldeias
	3. 2.i Aumentar a Produtividade, Rendimentos e Emprego na Agricultura
3. 3	Criação de Emprego no âmbito de Projectos de Infra-estruturas e Obras Públicas
	3. 3.i Aumentar a Produtividade, Rendimentos e Emprego nos Projectos de Infra-estruturas e Obras Públicas
3. 4	Criação de Emprego no Sector da Habitação
	3. 4.i Aumentar a Produtividade, Rendimentos e Emprego no Sector da Habitação
	3. 4.ii Acções e medidas imediatas
3. 5	Criação de Emprego na Indústria Transformadora
	3. 5.ii Acções e medidas imediatas
3. 6	Criação de Emprego no Comércio Interno
	3. 6.ii Acções e medidas imediatas
3. 7	Criação de Emprego no Turismo
3. 7.i	Criação de Rendimentos e Emprego no Turismo
3. 7.ii	Acções e medidas imediatas
3. 8	O Emprego na Emigração / Imigração
3. 8.i	Como tratar o Emprego na Emigração / Imigração
3. 8.ii	Acções e medidas imediatas
3. 9	Criação de Emprego no Sector do Petróleo, do Gás e dos Minerais
Capítulo 4	Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Melhoria das Competências Técnicas e Profissionais
Capítulo 5	Sistema de Informação Sobre o Mercado de Trabalho
Capítulo 6	Conclusões e Recomendações
Bibliografia	
Lista de quadros anexo	

Prefácio



s políticos do país estão seriamente preocupados com os desafios com que se deparam no que diz respeito ao objectivo de criar emprego e rendimentos significativos que ao mesmo tempo que sejam produtivos e permitam, nomeadamente, combater o “triângulo” : desemprego, pobreza e abrandamento económico. As nossas preocupações manifestam-se mais à frente relativamente ao muito elevado nível de desemprego entre a juventude e as mulheres Timorenses. Consciente de tamanho desafio, a Secretaria de Estado para o Emprego e Formação Profissional iniciou o processo de desenvolvimento da Estratégia Nacional para o Emprego (NES) em 2008.

O processo de desenvolvimento do NES foi iniciado com uma revisão cuidada do primeiro Plano para o Desenvolvimento Nacional, do Programa do IV Governo Constitucional 2007-2011, das metas e objectivos definidos para o país com vista à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e dos Programas de Investimento Sectorial (PIS). Isto foi feito principalmente com o intuito de desenvolver as sinergias do NES com as prioridades nacionais e os planos de desenvolvimento.

Este documento de importância nacional – baseado nas realidades do terreno e pretendendo criar oportunidades de emprego produtivo em Timor-Leste – é o resultado dum desejo colectivo a da necessária liderança garantida pelo Primeiro-ministro Kay Rala Xanana Gusmão.

O esquema da estratégia circulou por vários Ministérios e Secretarias de Estado em Junho de 2008 procurando os seus oportunos contributos para valorizar este documento de importância nacional. O SEFOPE também organizou um Seminário para o grupo de trabalho abrangendo membros oficiais de vários Ministérios e Secretarias de Estado em 17 de Novembro de 2008.

Foi seguido de reuniões bilaterais com a equipa do SEFOPE juntamente com a OIT, com os Ministros e Secretários de Estado envolvidos, para discutir e desenvolver um conjunto de recomendações e acções propostas para as áreas que dizem respeito aos seus respectivos domínios.

Espera-se que este documento venha a contribuir para a criação de um número significativo de oportunidades de emprego produtivo, diversificadas e geograficamente distribuídas, e para dar início a um processo de erradicação da pobreza e do subemprego, em particular dos jovens e mulheres timorenses.

Na preparação deste documento, para além dos dedicados membros do SEFOPE, apoio decisivo foi providenciado pela equipa da ILO afecta ao Programa UNDP/ILO STAGE financiado pela Comissão Europeia. Quero deixar expressos os sinceros agradecimentos pela útil contribuição de todos eles no desenvolvimento da presente Estratégia Nacional para o Emprego.

Trabalhemos no nosso objectivo comum – criando oportunidades de emprego produtivo e rentável para todos os adultos e jovens, mulheres e homens que o procuram.

Bendito Dos Santos Freitas
Secretário de Estado da Formação e Emprego Vocacional

Lista de Abreviaturas

ADB	Banco de Desenvolvimento Asiático
CAA	Centros de Apoio às Aldeias
CAD	Centros de Apoio ao Desenvolvimento
CC	Centros Comunitários
CED	Centros de Emprego Distritais
CGP	Programa do Governo Constitucional
DCDS/BCDS	Estratégias de Desenvolvimento das cidades de Dili e Baucau
EC	Comissão Europeia
ENE	Estratégia Nacional para o Emprego
EPF	Quadro da Política de Educação
FAO	Organização para a Agricultura e Alimentação
FEPA	Agências Promotoras de Emprego no Estrangeiro
GEA	Agenda do Emprego Global
GYBI	Crie as Suas Ideias de Negócios
HRD	Desenvolvimento dos Recursos Humanos
IFC	Organização para Finança Internacional
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IYB	Melhore o Seu Negócio
KAB	Saiba do Negócio
LBAT	Trabalho Baseado em Tecnologia Adequada
LFDI	Instituto para o Desenvolvimento da Força de Trabalho
LFPR	Percentagem de Participação da Força de Trabalho
MoU	Protocolos de Acordo
NAPYE	Plano de Acção Nacional para Emprego de Jovens
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OIM	Organização Internacional para a Migração
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUDI	Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programas de Investimento Sectorial
PNUD	Programas de Desenvolvimento das Nações Unidas
PUIA	Pequenas Unidades Industriais e de Armazenamento
PWP	Programas de Obras Públicas
RDTL/DRTL	República Democrática de Timor-Leste
SFP	Sistema de Formação Profissional

SIE	Estados com Pequenas Indústrias
SIMT	Sistema de Informação do Mercado de Trabalho
SSN	Centros de Segurança Social
SSVTE/SEFOPE	Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional
TC	Triângulos de Crescimento
TLTC	Companhia Comercial de Timor-Leste
TLUSC	Companhia de Armazenamento de Mercadorias de Timor-Leste
WB	Banco Mundial
BDA	Banco de Desenvolvimento Asiático

Lista de Quadros

Quadro - 1	Aumentar a Produtividade, os Rendimentos e o Emprego na Agricultura
Quadro – 2	Aumentar a Produtividade, os Rendimentos e o Emprego nas Áreas Rurais
Quadro – 3	Aumentar a Produtividade, os Rendimentos e o Emprego em Infraestruturas e em Obras Públicas
Quadro – 4	Aumentar a Produtividade, os Rendimentos e o Emprego na Habitação
Quadro – 5	Criação de Rendimentos e Emprego no Turismo
Quadro – 6	Emprego na Estrangeiro
Quadro – 7	Desenvolvimento do Sector do Petróleo, Gás e Minerais para a criação de Emprego
Caixa – 1	Elementos Chave da Agenda de Emprego Global (GEA)

Lista de Quadros Anexos

Quadro Anexo – 1	Indicadores Sócio-económicos
Quadro Anexo – 2	Cota do GDP com Origem Industrial
Quadro Anexo – 3	Estado do Emprego por Género e Região – Nacional e em Dili em 2004
Quadro Anexo – 4	Estado do Emprego por Sector e Género – Nacional e em Dili em 2004
Quadro Anexo – 5	Composição Sectorial de Empresas Urbanas Formais
Quadro Anexo – 6	Desemprego por Género e Região – Nacional e em Dili em 2004
Quadro Anexo – 7	Terrenos para Agricultura por Estado de Irrigação e Regiões
Anexo A	Objectivos e Acções específicas do Ministério

Introdução

“Dotado de substanciais recursos naturais (petróleo de gás), Timor-Leste não se pode queixar de insuficiência de recursos financeiros para desenvolver a sua economia ou elevar os padrões de vida do seu povo. Lancei importantes reformas visando racionalizar vários procedimentos burocráticos para acelerar a execução orçamental e o cumprimento das obrigações e responsabilidade do Estado. O novo governo aprovou a minha proposta de reforma fiscal que vai transformar Timor-leste num país livre de impostos.

Estas reformas não são, todavia, suficientes para melhorar as condições de vida do povo. A maioria do povo que vive há séculos na pobreza, não pode nem deve esperar mais. Prometi ser o presidente dos pobres e tenciono ser o seu melhor defensor. Estou a organizar, sob a minha direcção pessoal, um mecanismo rápido para ajudar directamente pessoas, grupos ou comunidades rurais [...], conjugado com o investimento público em infra-estruturas (estradas, pontes, portos e aeroportos) e no sector agrícola, contribuirá, a médio prazo, para uma significativa redução do desemprego e dos níveis de pobreza.

A educação e o emprego dos jovens são áreas que a minha presidência e o novo governo consideram prioritárias, concentrando neles mais investimento público. A minha presidência, em colaboração com o governo que, em conformidade com a nossa Constituição considera uma responsabilidade do executivo servir o povo, está empenhada em realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015.”

Presidente José Ramos-Horta.

Tendo em conta a actual situação económica e social, a Estratégia Nacional para o Emprego (ENE) visa desenvolver um mecanismo e modalidades que garantam a todas as mulheres e homens timorenses à procura de trabalho o acesso ao pleno emprego, produtivo e escolhido livremente. Visa também melhorar a empregabilidade e a produtividade daqueles que têm empregos precários e/ou estão subempregados. A Estratégia Nacional centra-se especialmente nos jovens, cujo emprego é considerado uma prioridade, bem como nas pessoas portadoras de deficiência e grupos mais desfavorecidos. Sublinha que o objectivo da criação de emprego produtivo implica melhorar o nível de competências técnicas e profissionais e de capital humano. Salienta ainda a necessidade de uma integração mais eficaz do desenvolvimento e utilização dos recursos humanos no processo de desenvolvimento económico, aquando da definição das prioridades sectoriais e afectação dos recursos financeiros.

Este documento baseia-se nas disposições da Constituição, que consagra a igualdade de direitos e de oportunidades no acesso ao emprego, para todos os indivíduos, independentemente do seu sexo, idade ou outros factores. Todavia, os jovens, mulheres e pessoas portadoras de deficiência continuam em desvantagem no mercado de trabalho, justificando um tratamento especial e intervenções devidamente adaptadas às necessidades deste grupo e necessidades do mercado, para desenvolver as suas competências. A Estratégia Nacional para o Emprego (ENE) salienta como prioridade o combate ao desemprego dos jovens, prioridade que deu origem ao Plano de Acção Nacional para o Emprego dos Jovens.

A ENE está em harmonia e baseia-se em documentos nacionais importantes, tais como: o Programa do IV Governo Constitucional 2007-2011, metas e objectivos definidos para o país com vista à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), Programas de Investimento Sectorial (PIS), políticas e programas de emprego implementados desde a independência.

Na análise das diferentes áreas-chave, podem estabelecer-se, directa e indirectamente, muitos paralelos com a Agenda Global para o Emprego da OIT. Veja-se, por exemplo as nossas prioridades: i) prioridade ao emprego nas políticas económicas e sociais, ii) desenvolvimento e reforço das instituições do mercado de trabalho iii) mais e melhor emprego; iv) criação de condições favoráveis ao crescimento das pequenas e médias empresas; v) envolvimento dos parceiros sociais e da sociedade civil, na formulação da política de emprego, etc. vide Caixa 1.

Paralelamente à definição da ENE, a Política e Estratégia Nacional para o Sistema de Formação Profissional em Timor-Leste, encontra-se actualmente na última fase de conclusão, demonstrando o esforço de coordenação e integração das políticas, mas também que estamos cientes de que a sustentabilidade do desenvolvimento económico está intimamente ligada à oferta de emprego produtivo e remunerado para os adultos com capacidade e disponibilidade para trabalhar em ambientes de trabalho seguros e protegidos.

De facto, os planos e políticas de desenvolvimento social e económico, que devem ser traçados tendo em conta os níveis de emprego produtivo a gerar, estão actualmente a ser alvo de uma particular atenção. Este documento procura ainda salientar a importância das actividades económicas para a criação de emprego digno e redução da pobreza. O círculo vicioso – baixa produtividade, baixos rendimentos, baixos níveis de poupança, baixo investimento, baixa quantidade e qualidade de emprego - só pode ser substituído por um círculo virtuoso – aumento da produtividade, dos rendimentos, da poupança, do investimento, mais e melhor

Caixa 1

Principais pontos da Agenda Global para o Emprego retomados pela Estratégia Nacional para o Emprego

- Colocar o emprego no centro das políticas económicas e sociais
- Criar mais e melhor emprego,
- Promover um padrão de crescimento com elevada intensidade de emprego e criar emprego digno através de políticas macro-económicas, de desenvolvimento comercial, de mercado de trabalho e sectoriais
- Consolidar as instituições com vista à criação de um mercado de trabalho eficiente e equitativo
- Participação activa das organizações patronais e sindicais, bem como da sociedade civil na formulação das políticas de emprego
- Criar condições favoráveis ao desenvolvimento do sector privado, em particular das PME e outros sectores de forte intensidade de mão-de-obra
- Contribuir para uma força de trabalho competitiva e produtiva
- Reforçar os mecanismos institucionais para a definição das políticas de emprego e formação profissional, desenvolvimento dos recursos humanos e acompanhamento da evolução do mercado de trabalho.

emprego e diálogo social – na medida em que estes objectivos assumem um lugar central na definição e implementação das políticas e programas em Timor Leste.

Este documento demonstra claramente que a sustentabilidade do nosso desenvolvimento socio-económico depende, em grande parte, da oferta de emprego produtivo e remunerado para as mulheres e homens timorenses com capacidade e disponibilidade para trabalhar. Os planos e políticas de desenvolvimento social e económico estão a ser definidos, tendo em conta os objectivos de criação de emprego produtivo e de redução da pobreza das políticas estratégicas. O círculo vicioso deve ser substituído por um círculo virtuoso.

Importa também salientar que elevadas taxas de crescimento associadas a um aumento sustentado da produtividade contribuem para a criação de oportunidades de emprego produtivo e geograficamente distribuído, razão pela qual, neste documento, são identificadas as áreas e sectores que são, não só essenciais para iniciar e sustentar o crescimento económico, mas também criadoras de emprego. Não há dúvidas de que o crescimento económico e o aumento da produtividade constituem a primeira etapa de um processo que exige, no entanto, melhores instituições, boa governação, funcionando de forma tripartida, com protecção social e um padrão de crescimento de emprego com elevada intensidade. Importa ainda melhorar a capacidade dos pobres, jovens, mulheres, veteranos e ex-combatentes para participar no processo de crescimento. A melhoria do acesso à educação e às competências, bem como às infra-estruturas, incluindo serviços, nomeadamente o micro-crédito, também assumem, neste contexto, uma particular importância.

Note-se ainda que o aumento do crescimento económico conduz ao aumento da capacidade produtiva que, por sua vez, contribui para o aumento do emprego e da produtividade. Mais emprego e emprego mais produtivo, contribuem para gerar recursos que permitem não só aos empregadores oferecer mais formação e competências aos seus trabalhadores, mas também aos empregados que adquirem assim maior capacidade financeira para a educação e formação dos filhos, o que contribui para garantir o aumento futuro da produtividade da mão-de-obra. Neste documento, salientam-se também os numerosos problemas e desafios que se colocam actualmente à definição e implementação das políticas e programas.

Esta estratégia é definida numa altura em que o PIB está em declínio. A economia evidencia cada vez mais a sua incapacidade para gerar emprego/oportunidades de emprego. O desajustamento entre a oferta e a procura de emprego está patente nas taxas de desemprego, consideradas bastante elevadas num país em desenvolvimento como Timor-Leste, onde ainda estão por implementar muitos sistemas. Se, por um lado, 16.000 pessoas entram anualmente no mercado de trabalho, registam-se apenas 40.000 trabalhadores assalariados no sector privado. Um terço da população trabalha fora da economia monetarizada. A maioria das empresas da economia formal (72%) tem menos de 10 trabalhadores ao seu serviço. O capital inicial da maioria das empresas provém de recursos pessoais ou familiares. 45% das empresas da economia formal e cerca de 90% das empresas da economia informal nas zonas urbanas têm um volume de negócios anual inferior a USD 5.000.

As lacunas em termos de infra-estruturas, em particular nas zonas rurais, incluindo no acesso ao mercado, têm contribuído para agravar a situação da maioria da população. Apesar da produção agrícola constituir a principal fonte de rendimento para a maioria da população, apenas ¼ da produção é comercializada, sendo, em geral, os agricultores obrigados caminhar em média duas horas para chegarem aos mercados sub-distritais. Além de ser reduzido, o sector moderno – o sector formal - abrange poucas actividades. O sector da transformação é em grande parte inexistente – vide as Tabelas 1 - 6 do Anexo. As instituições do mercado de trabalho – Centros de Emprego Distritais (CED), e Sistema de Informação do Mercado de Trabalho (SIMT), Aconselhamento e Orientação Profissional, etc. estão pouco divulgados junto dos empregadores da economia formal. Por sua vez, os formandos do Sistema de

Formação Profissional (SFP) apresentam baixos níveis de competências ou nenhuma competência, e as competências adquiridas não correspondem às necessidades do mercado de trabalho, o que representa um grave problema. A duração das formações em agricultura e actividades afins, como: i) práticas agrícolas e produtividade; ii) pecuária; iii) avicultura; iv) pesca; v) silvicultura; vi) transformação agro-alimentar; vii) embalagem; viii) produção leiteira, etc., é extremamente curta, verificando-se a mesma situação noutros sectores, como a gestão, turismo, hotelaria, gestão administrativa, línguas estrangeiras e empreendedorismo – que conferem melhores oportunidades de emprego.

O sistema de governo local, que tem um papel importante na criação de emprego e melhoria dos recursos humanos, ainda está em fase de desenvolvimento, e caracteriza-se por pequenos mercados, elevados custos, baixas qualificações de base, infra-estruturas insuficientes e instituições legais ainda em fase de implantação, verificando-se ainda uma indefinição no registo da propriedade da terra.

Este documento enuncia, contudo, razões para optimismo, nomeadamente a criação e consolidação progressiva das instituições, maior consistência das políticas e reconhecimento da existência de pontos fracos e pontos fortes. O Governo considera ainda a criação de emprego como um objectivo prioritário, nomeadamente a criação de emprego para os jovens timorenses. Saliente-se ainda o dividendo demográfico – uma enorme reserva de população jovem em idade activa, que poderá constituir um verdadeiro trunfo para o país, se se apostar no desenvolvimento das competências, educação e formação profissional desta população, num mecanismo para a criação de emprego produtivo. Identifica ainda as áreas em que os timorenses carecem de competências técnicas e profissionais. Nos diferentes capítulos, além de se levantarem questões e de se fazerem recomendações, também se traça um plano de acção.

“Os pobres e camadas mais desfavorecidas da população, em particular as mulheres, viúvas, órfãos, ex-combatentes e veteranos devem ser reconhecidos como indivíduos com direitos e actores potenciais com capacidade para contribuir para o crescimento económico e redução da pobreza ... A pobreza constitui um terreno potencialmente propício à instabilidade social e perturbação da ordem pública, podendo conduzir à criminalidade e conflitos ... É fundamental melhorar as competências dos pobres e aumentar o investimento no capital humano, factores que contribuem para a produtividade e dignidade humana”.

Primeiro-ministro Kay Rala Xanana Gusmão.

Contexto Sócio-Económico

O país fez progressos notáveis na criação de instituições públicas essenciais ao desenvolvimento da economia. Contudo, num contexto de fraco desenvolvimento do sector privado, em que, a breve trecho, as perspectivas de investimento por parte deste sector são muito fracas, o Governo deve assumir um papel catalisador para o relançamento da economia. Graças ao aumento das receitas do petróleo e a uma gestão prudente das mesmas, o Governo dispõe de espaço fiscal necessário ao restabelecimento da economia e à promoção, a curto prazo, de um crescimento sustentável. Os investimentos e despesa pública em projectos de desenvolvimento das infra-estruturas, educação e saúde, bem como no desenvolvimento de sistemas de protecção e apoio aos grupos mais vulneráveis são considerados importantes para impulsionar o crescimento económico. Nesta área, destaque-se, nomeadamente, a criação de condições para promover uma maior participação do sector privado nas actividades económicas e atrair o investimento directo estrangeiro. Os Programas de Investimento Sectorial são os principais elementos desta política de investimento.

A Estratégia Nacional para o Emprego tem, no entanto, em conta o facto de o desempenho económico ter sido particularmente volátil desde o referendo de 1999 que determinou a independência do país. A destruição generalizada das infra-estruturas levou a um recuo da economia não petrolífera, estimado em um terço. A economia viria a melhorar entre 2000 e 2001, na sequência do aumento dos investimentos na administração pública e na defesa, possibilitados pela comunidade internacional. Por exemplo, a participação do investimento das Nações Unidas no PIB foi de 26,4%, em 2000 e de 24,8% em 2001, tendo baixado para 5,1% em 2005. A partir de 2002, a economia viria a sofrer uma contracção, entrando numa trajetória de crescimento negativo, com a redução continuada da presença internacional. Em 2002 e 2003, registar-se-ia um crescimento negativo do PIB. O Aumento da produtividade agrícola e a revitalização do sector bancário contribuiriam para um crescimento, ainda que muito reduzido, da economia em 2004 e 2005. Contudo, esta ligeira recuperação não duraria, devido ao conflito civil ocorrido em meados de 2006, ano em que as previsões de aumento do PIB em 1% não viriam a concretizar-se e que encerraria com um crescimento negativo. Em 2005, o investimento corrente de USD 73,9 milhões representava metade do investimento efectuado em 2001 (USD 145,4 milhões). Tratava-se de um dos mais baixos níveis de investimento corrente dos últimos anos que atingira USD 59,9 milhões, em 2004.

O tecido industrial é constituído por indústrias rudimentares, incluindo artesanato local, principalmente na área da tecelagem, trabalhos artísticos em madeira, serrações, cerâmica, pequenas unidades fabris de descasque de arroz e tratamento do café e indústrias extractivas. Representam apenas 3,4% do PIB. As unidades de produção são, na sua maioria, de pequena dimensão e, algumas, de média dimensão. No que respeita à estrutura da economia, os sectores da agricultura, indústria associado a serviços, e o sector público, contribui cada um em cerca de um terço para o PIB. Se desde 2001, a percentagem do sector público tem vindo a baixar regularmente, por sua vez, a agricultura registou um aumento, passando de 24% em 2001, para 32% em 2005. No sector da agricultura, salienta-se a expansão da agricultura comercial cujo contributo para o PIB passou de 2,9% em 2001, para 6,9, em 2004 e 2005. Os transportes e telecomunicações, serviços financeiros e outros serviços, comércio grossista e retalhistas representam, respectivamente 9,1%, 8,2% e 7,2% do PIB. Na indústria e sector dos serviços, cuja percentagem no PIB permaneceu estável entre 2000 e 2005, os transportes e telecomunicações foram os sectores que registaram o maior aumento entre 1999 e 2003 (vide Anexo, Quadros 1 e 2).

A economia não petrolífera estagnou, rondando os USD 325 milhões nos últimos anos. Praticamente toda a população timorense trabalha nos sectores não petrolíferos onde, desde 2002, o rendimento per capita não sofreu qualquer aumento em termos reais. Contrariando esta “estagnação”, o rendimento per capita nacional duplicou, devido ao aumento das receitas petrolíferas.

Timor-Leste conta cerca de um milhão de habitantes, registando actualmente uma elevada taxa de crescimento populacional. A taxa de actividade dos homens é de 69,1% e a das mulheres de 51,7%. O país tem uma população activa de 314.400 pessoas, das quais 57,5% são homens. A força de trabalho representa três quintos da população em idade activa. A taxa de desemprego declarado, de 1,8%, é bastante baixa, (2,2% para os homens e 1,2% para as mulheres). Esta baixa taxa de desemprego aumenta, no entanto, para 8,5% se considerarmos os “trabalhadores desencorajados” (10% para os homens e 6,5% para as mulheres). O desemprego dos jovens é, todavia, o problema mais preocupante. No grupo etário entre os 15 e os 19 anos, a taxa de desemprego é de 24,7% (26,5% para os homens e 22,7% para as mulheres), atingindo 16,6% entre os jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos (20,5% para homens e 12,2% para as mulheres). A taxa de desemprego dos jovens em Díli e em Baucau situa-se nos 43%, sendo a taxa de desemprego geral em Díli, estimada em 27%, também muito elevada.

Três quartos da população activa trabalham na agricultura e pesca de subsistência, com uma participação de 73,8% para os homens e 77,3% para as mulheres, sendo estas percentagens de 22,8% e de 60,6%, respectivamente, em Díli. Os trabalhadores independentes representam 10,7% da população empregada, percentagem passa para 21,4% em Díli (25,5% para os homens e 15,8% para as mulheres). Cerca de 6% da população trabalha para o Estado (7,8% para os homens e 3,2% para as mulheres). O Estado é responsável por 21% dos homens empregados e 10% das mulheres empregadas, em Díli. Os trabalhadores assalariados representam 12,2% da população empregada a nível nacional e 34,7% da população ocupada em Díli. O total de trabalhadores assalariados é de 15.1%; esse rácio é de 45.1% em Díli. A percentagem de trabalhadoras assalariadas é cerca de metade das dos homens, tanto a nível nacional, como em Díli.

Este padrão de emprego traduz uma baixa remuneração do trabalho. Além de serem elevados, os níveis de desemprego e de pobreza continuam a aumentar. Em 2001 estimava-se que cerca de dois quintos da população era pobre, proporção que parece ter aumentado, devido à estagnação em termo reais do rendimento per capita no sector não petrolífero, entre 2001 e 2006. Em 2005, o desemprego dos jovens entre os 15 e os 24 anos era estimado em 40%. Uma vez que cerca de metade da população tem actualmente menos de 18 anos, prevê-se um aumento do desemprego urbano, que só poderá ser contrariado através de um crescimento económico sustentado com elevada intensidade de emprego.

A situação actual sublinha a importância de se terem em conta os objectivos de criação de emprego e redução da pobreza no processo de desenvolvimento dos planos económicos e planos sectoriais, na definição de prioridades e na afectação de recursos financeiros. Espera-se que os aumentos da despesa do Estado previstos em projectos de infra-estruturas, construção e serviços básicos contribuam, não só para aumentar a percentagem do sector público no PIB, mas principalmente para a criação directa e indirecta de emprego, produzindo efeitos em toda a economia nacional. Os investimentos públicos previstos, bem como o padrão de emprego da população ocupada e a natureza e números do desemprego devem ser cuidadosamente analisados, para identificar as necessidades e melhorar as competências profissionais, técnicas e empresariais da população activa. Esta Estratégia Nacional para o Emprego constitui uma proposta para alcançar esse objectivo.

Estratégia de Emprego

O emprego resulta de um processo de crescimento. Os dados disponíveis mostram que o crescimento da economia contribui para reduzir o desemprego e a pobreza. Para tal, é necessário, analisar, compreender e integrar devidamente os sectores e subsectores com potencial de crescimento e emprego.

Muitos países asiáticos definem as suas políticas, tendo em conta as características próprias da sua situação e circunstâncias. Estão cientes da importância do mercado, mas também sabem que os mercados devem ser criados e regulamentados e que, por vezes, o sector privado não toma as medidas necessárias.

É por conseguinte fundamental que o Governo assuma um papel activo no apoio aos diferentes sectores com vista ao seu crescimento e desenvolvimento. GOP (2008)

Neste capítulo, apresentam-se os diferentes sectores/subsectores com potencial de crescimento e emprego. Com base nas prioridades identificadas e orientações traçadas nos Programas de Investimento Sectorial (PIS), são propostos vários programas/acções específicos – todos eles com o objectivo de criar as condições necessárias para uma participação efectiva do sector privado na economia – a fim de promover o crescimento e o emprego, bem como um plano de acção nas seguintes áreas:

1. Criação de emprego na agricultura;
2. Criação de emprego nas zonas rurais;
3. Criação de emprego no âmbito de projectos de infra-estruturas e obras públicas;
4. Criação de emprego no sector da habitação;
5. Criação de emprego na indústria transformadora;
6. Criação de emprego no comércio interno;
7. Criação de emprego no turismo;
8. Emigração e
9. Criação de emprego no Sector do Petróleo, do Gás e dos Minerais.

3.1 Criação de emprego na agricultura

O sector agrícola e respectivo desenvolvimento assumem uma importância vital, não só pelo seu papel na redução da pobreza generalizada e na criação de emprego, mas na garantia da segurança alimentar.... Neste sector, o programa da segurança alimentar é o mais urgente, devendo ser-lhe atribuída a máxima prioridade. Trata-se de um programa integrado, abrangendo subsectores da agricultura e da silvicultura. Prevê-se que venha também a abranger no futuro o sector das pescas. O programa contempla: i) Sistemas agrícolas nas zonas de altitude; ii) Melhoria da prestação de serviços; iii) Desenvolvimento das capacidades na elaboração de políticas e em planeamento; iv) Programas de Desenvolvimento Agrícola Integrado, GOTL (2006b).

O Governo tem como objectivos: i) infra-estruturação das reservas de água e canais de irrigação; ii) criação de centros de formação agrícola a nível distrital; iii) criação de centros de processamento de alimentos e centros de sementes a nível regional e distrital; iv) criação de centros de reserva alimentar a nível distrital; v) criação de viveiros de árvores; vi) reflorestação; vii) formação técnica em pescas e aquicultura; viii) arboricultura e ix) desenvolvimento do sector pecuário (carne, leite, manteiga, queijo). GOTL (2007)

No âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional, foram estabelecidas cinco prioridades: 1) melhorar a segurança alimentar e aumentar a auto-suficiência; 2) melhorar o marketing e aumentar o valor acrescentado da produção; 3) contribuir para uma produção e gestão sustentáveis dos recursos naturais; 4) reequilibrar a balança comercial incentivando as exportações de produtos; 5) aumentar o nível de vida e o emprego da população nas zonas rurais. Estas prioridades viram-se reforçadas com os Programas de Investimento Sectorial, actualmente a ser revistos, visando o desenvolvimento da “agricultura e pecuária”, “silvicultura” e “pescas”.

As principais culturas alimentares são o milho, cultivado por 81% dos agricultores, o arroz (23%), o amendoim, a mandioca e a batata-doce. As principais culturas fruteiras são: a noqueira da Índia (*Aleurites Moluccana*), o coqueiro, o café, a canela e o cravinho. 90% dos agricultores criam galinhas e porcos. Dois terços da produção destinam-se ao auto-consumo. Será por se tratar de uma agricultura de subsistência ou estarão outros factores em jogo? Parece, de facto, que a agricultura de subsistência não é a única responsável por esta situação. A agricultura timorense é confrontada com uma série de debilidades, nomeadamente, competências inadequadas dos agricultores, reduzida utilização de factores de produção e reduzida mecanização, irrigação limitada, dificuldades no acesso aos serviços financeiros, tecnologias agro-industriais ineficientes e insuficientes, dificuldades no acesso aos mercados e transportes insuficientes. A tudo isto acresce a indefinição do estatuto da propriedade que constitui um obstáculo a uma maior diversificação da produção agrícola e ao investimento no sector. Saliente-se ainda que apenas 3% dos agricultores utilizam pesticidas, fertilizantes químicos e sementes melhoradas.

Veja-se, por exemplo, o café. Trata-se da principal exportação não petrolífera, facturando USD 8 milhões, que constitui uma fonte de rendimento para 28% das famílias timorenses. Todavia, por receio de verem reduzidos os seus rendimentos, os agricultores não procedem à renovação dos cafeeiros, nem a podas, o que resulta na redução efectiva da produção/rendimentos. A perda dos cafeeiros pela idade e por doenças causadas por fungos sem substituição, resultaria no abandono desta indústria, por não terem investido em alternativas imediatas de subsistência, no *gap* até nova plantação.

A pesca nas águas interiores, fundamentalmente uma pesca de subsistência, utiliza embarcações mais pequenas destinando-se ao consumo e comercialização locais. As águas costeiras, particularmente ricas em recursos pesqueiros, (entre eles o atum, pargo e camarão) localizam-se, no entanto, numa estreita faixa de recifes, particularmente vulnerável à sobre-exploração. Entre as espécies florestais exploradas, salienta-se o sândalo, a teca, “kayn mera” e o eucalipto, que dão rendimentos a poucos.

Apesar de ser a principal fonte de emprego e meio de subsistência da maioria dos timorenses, o sector agrícola (excluindo o café) é responsável por um défice comercial representando um terço do PIB. Esta situação exige obviamente a tomada de medidas não só para reduzir e, a prazo, eliminar o défice comercial, mas principalmente para aumentar os rendimentos dos agricultores, permitindo-lhes melhorar as suas condições de vida, nomeadamente:

Culturas

- Subsídios para a utilização de adubos, pesticidas e variedades de sementes melhoradas
- Maior distribuição de variedades adequadas, de alto rendimento
- Controlo das pragas
- Redução das perdas antes e após as colheitas
- Tecnologias pós-colheita
- Ervas e plantas medicinais
- Máquinas agrícolas de baixo custo
- Melhoria dos canais de irrigação

Pescas

- Melhorias das embarcações e das redes de pesca
- Pesca de profundidade
- Melhores práticas de manuseamento, processamento e comercialização do pescado incluindo parcerias na indústria para fábricas de gelo e cooperativas logísticas.

Aquacultura

- Investigação e desenvolvimento da Indústria da Aquacultura, tal como a produção de pérolas.

Produção leiteira

- Promoção de explorações leiteiras para a produção de leite, manteiga, queijo, natas, etc., e
- Governo e parcerias industriais devem educar a população neste sector ajudando por um lado a economia e por outro o desenvolvimento nutricional nacional.

Pecuária e avicultura

- Produção pecuária e avícola comercial
- Sistema eficiente de vigilância das doenças animais e
- Parcerias industriais para matadores e infraestruturas de distribuição/marketing.

Geral

- Serviços veterinários

- Laboratórios de diagnóstico
- Serviços de extensão rural
- Acesso aos mercados de factores de produção e de produtos, bem como aos mercados de exportação
- Ligações rodoviárias
- Cooperativas de produtores
- Esquema de micro-crédito
- Transporte refrigerado
- Instalações de armazenamento, incluindo câmaras frigoríficas
- Melhoria das competências dos agricultores: rotação das culturas, práticas de cultivo, controlo das pragas, economia agrícola e marketing, pecuária, exploração leiteira, avicultura, pescas – pesca nas águas interiores, costeira e de profundidade e aquicultura
- Regulamentação em matéria de segurança dos produtos e alimentos
- Serviços de reparação e manutenção
- Prestação de serviços de apoio, incluindo informação sobre a diversificação da produção agrícola, criação animal, técnicas de recolha de água, preços
- Quadro jurídico e institucional em matéria de direitos de propriedade.

3.1.i. Aumentar a produtividade, os rendimentos e o emprego na agricultura

As medidas acima referidas requerem uma atenção imediata, pois o aumento da produtividade, dos rendimentos e do emprego depende fundamentalmente do nível de resposta. Todavia, as restrições em termos de recursos humanos e financeiros obrigam, por um lado, a dar prioridade às áreas mais importantes e, por outro lado, a intervir noutras áreas no âmbito de projectos-piloto. Optou-se assim por dar prioridade às seguintes áreas: i) aumento da produtividade das explorações; ii) produção de café; iii) qualidade do café e estratégia de marketing com a criação de uma marca; iv) instalações de armazenamento de colheitas; v) melhoria das práticas de irrigação; vi) melhoria das embarcações e redes de pesca; vii) exploração leiteira; viii) avicultura; ix) Sensibilização dos agricultores e melhoria das respectivas competências. As intervenções são desenvolvidas seguindo uma abordagem coordenada e integrada, com vista resolver os estrangulamentos e realizar os objectivos de crescimento. Paralelamente a todas estas importantes áreas seleccionadas para atingirmos o objectivo de aumentar a produtividade, também foram feitas tentativas de sublinhar os passos/medidas necessários mais urgentes.

O Quadro 1, abaixo, apresenta sob a forma de uma matriz: a) O que é necessário; b) O que deve ser feito; c) Ministério envolvido; d) Como se irá proceder; e) doadores/apoio externo necessário. Uma das importantes componentes desta estratégia envolve a experimentação de alguns esquemas no âmbito de projectos-piloto.

Quadro-1

Aumentar a produtividade, os rendimentos e o emprego na agricultura

O que é necessário□	O que deve ser feito, ou seja Objectivo/ Acção□	Ministério envolvido	Como se irá proceder□	Apoio dos doadores/ externo previsto
Aumento da produtividade das culturas do milho e do arroz	Duplicar num ano a utilização de pesticidas, adubos e variedades de sementes melhoradas, garantindo nos anos subsequentes um aumento de pelo menos 5 %	Ministério da Agricultura e Pescas	Seleção de 4-5 Sucos onde a cultura do milho e do arroz tem maior expressão, em estreita colaboração com as associações de agricultores e a comunidade local. Sensibilização e formação dos agricultores, levadas a cabo de preferência por formadores de ONG. Previsão no Orçamento do Governo de subsídios a atribuir. Projecto-piloto a desenvolver durante 2 anos	Eventual participação da FAO no piloto projecto.
Aumento da produção de café	Renovação e poda dos cafeeiros, por pelo menos 5% dos agricultores, em 2009, e por 10% dos agricultores nos anos subsequentes.	Ministério da Agricultura e Pescas	Concessão de condições de crédito favoráveis. Seleção de 4-5 Sucos onde a cultura do café tem maior expressão, em estreita colaboração com a Cooperativa Café Timor e a comunidade local. Sensibilização e formação dos agricultores, levadas a cabo de preferência por formadores de ONG. Subsídios atribuídos pelo governo Projecto-piloto a desenvolver durante 2 anos	Eventual participação da FAO no piloto projecto.
Qualidade do café e estratégia de marketing com a criação de uma marca	Estabelecimento de normas para o tratamento e secagem do café	Ministério da Agricultura e Pescas	Criação da “ Associação da Indústria do Café ”, responsável pelo estabelecimento de normas para a exportação do café e pelo desenvolvimento de uma estratégia de marketing.	Eventual apoio técnico da PNUD e ONUDI.
Instalações de armazenamento de colheitas.	Criação anual de 5 novas instalações de armazenamento	Ministério da Agricultura e Pescas	Os fundos necessários à concretização desta medida provêm do orçamento corrente ao abrigo do PIS, participando as cooperativas de agricultores na selecção do local , bem como na construção e gestão das instalações.	Eventual apoio técnico da FAO e da OIT
Melhoria das práticas de irrigação	Proceder anualmente à reabilitação e revestimento de 5 canais de irrigação.	Ministério da Agricultura e Pescas	Vide supra Este programa deverá ser levado a cabo durante a época de menor actividade em regime de “cash for work” (dinheiro em troca de trabalho).	Vide supra

Melhoria das embarcações e redes de pesca	Anualmente são seleccionados 10 pescadores que irão beneficiar deste programa	Ministério da Agricultura e Pescas e Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional (SSVTE/SEFOPE)	Concessão de condições de crédito favoráveis. As cooperativas de pescadores participam na selecção dos beneficiários.	Eventual apoio técnico da FAO.
Desenvolvimento da Indústria de Aquacultura	2 explorações de produção de pérolas estabelecidas em 2009 e crescendo um número similar anualmente Estabelecimento de centro de Aquacultura para formação profissional investigação e desenvolvimento da indústria	Ministério da Agricultura e Pescas	Estabelecimento de uma associação industrial de Aquacultura Estabelecimento de cooperativa de criadores de pérolas que intervirá na selecção dos locais O desenvolvimento do comércio e a cooperação entre o Programa de Desenvolvimento da Saúde e Segurança em Timor-Leste e a TradelInvest é efectivamente integrada.	FAO e OIT são integradas Como parceiras para apoio técnico e financeiro
Exploração leiteira	Construção de uma exploração modelo junto a uma via rodoviária, e, subsequentemente, construção de 2-3 explorações por ano.	Ministério da Agricultura e Pescas	Criação de cooperativa de produtores de leite, que participará na escolha da localização da exploração modelo, em conjunto com a comunidade local.	Eventual apoio técnico e financeiro da FAO.
Avicultura	Construção de 5 explorações avícolas modernas e subsequentemente construção de 5 explorações/ano .	SEFOPE em conjunto com Ministério da Agricultura e Pescas	Os fundos necessários à concretização desta medida provêm do orçamento corrente ao abrigo do PIS, participando as cooperativas de avicultores na selecção do local/beneficiários, bem como na operacionalização do projecto. Projecto-piloto a desenvolver durante 2 anos	Eventual apoio técnico e financeiro da FAO
Sensibilização dos agricultores e melhoria das respectivas competências	Prestação de formação a um grupo de agricultores em 10 Sucos e assim sucessivamente nos anos seguintes.		As ONG que prestarão a formação definirão os respectivos currículos sob a supervisão da SEFOPE. Projecto-piloto a desenvolver durante 2 anos.	Eventual apoio técnico da OIT, que poderá também assegurar o financiamento do projecto piloto.

Integração de questões dos jovens e de género

1. Esta abordagem permitiria a criação de muitas oportunidades de emprego. Saliencia-se que os jovens e as mulheres são 20% dos beneficiários, das acções de formação e dos empregos a criar.
2. Note-se ainda que 1 em cada 5 beneficiários dos projectos relacionados com as explorações avícolas e leiteiras, melhoria das embarcações e redes de pesca deveriam ser mulheres e jovens.
3. O Conselho Nacional da Juventude precisa de ser envolvido efectivamente na forma de abordar as questões relativas à juventude.

Importa ainda salientar que os projectos de obras públicas e construção civil prevêem a utilização de tecnologia de baixo custo e de tecnologias de mão-de-obra intensiva, recorrendo, ainda a empreiteiros locais.

3. 1.ii Medidas e acções imediatas

1. Seleccionar, em estreita colaboração com associações de agricultores e comunidades locais, 4-5 Sucos que tenham uma maior expressão na cultura do milho e arroz, tendo em vista aumentar a produtividade duplicando todos os anos o uso, pelos agricultores, de pesticidas, fertilizantes químicos e de sementes melhoradas,
2. Criação anual de 5 novos armazéns para as colheitas,
3. Anualmente serão melhorados 5 canais de água através de reabilitação e canalização
4. Será criada uma exploração leiteira modelo, com transformação de produtos, perto de rodovias. Serão criadas 2-3 unidades anualmente,
5. 5 Explorações avícolas modernas serão criados anualmente e
6. Sensibilizar e desenvolver as competências dos agricultores para estas questões.

3.2 Criação de emprego nas zonas rurais e aldeias

A batalha pela criação de emprego e pela redução da pobreza deve ser travada e ganha nas zonas rurais e aldeias. GOP (1989)

Deve ser dada prioridade ao desenvolvimento das 2336 Aldeias, 443 Sucos e à construção das ligações rodoviárias aos 65 sub-districtos, para melhorar o acesso aos mercados de escoamento dos produtos agrícolas e rurais e, desta forma, contribuir para a criação de emprego produtivo e para a diversificação das actividades económicas. Todas as Aldeias e Sucos vêm-se actualmente confrontadas com uma série de obstáculos, nomeadamente: i) baixos níveis de capital humano e financeiro; ii) falta de conhecimento dos mercados; iii) falta de informação sobre as instituições de apoio; iv) insuficiência de infra-estruturas viárias, de fornecimento de electricidade, de saúde, etc.; v) alcance limitado dos serviços de extensão rural; vi) inexistência de serviços de reparação e manutenção; vii) ausência de instituições de crédito e, em particular de instituições de micro-crédito e viii) falta de visibilidade dos serviços destinados a promover o acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente serviços de aconselhamento em matéria de emprego e orientação e formação profissional.

Estes obstáculos podem ser ultrapassados, recorrendo a uma abordagem de desenvolvimento rural integrado. Esta estratégia propõe o estabelecimento de “Triângulos de Crescimento” (TC), com vista à integração das zonas rurais, envolvendo a coordenação das diferentes actividades, incluindo o pequeno comércio, serviços, formação, produção, comercialização, manutenção, instalação das infra-estruturas básicas, acesso ao crédito e serviços de apoio do Estado.

As actividades desenvolvidas nas Aldeias e Sucos, onde se concentra a maioria da população timorense, asseguram a subsistência de quatro quintos da força de trabalho. Devem ser integrados no processo de crescimento, permitindo a esta população superar o limiar da pobreza e condições de subsistência precárias. A primeira medida no estabelecimento dos TC representa a primeira etapa do processo de integração. Envolve a criação a nível local de pontos focais, que assumirão a forma de “Centros de Apoio às Aldeias” (CAA). Estes Centros irão prestar serviços de apoio básicos à população rural e agricultores, nomeadamente, na área da reparação e manutenção, pequeno comércio, instalações de armazenamento, funcionando, em particular, como um elo de ligação entre os agricultores e os serviços de extensão rural, para a divulgação de informação e desenvolvimento de contactos. Na primeira etapa de estabelecimento do “Triângulo de Crescimento”, propõe-se a selecção de um grupo de 8-10 Aldeias. O Centro de Apoio às Aldeias será criado com o apoio do Estado, sendo a respectiva gestão e funcionamento assegurados pela comunidade local, juntamente com a Comissão de Gestão do CAA.

As infra-estruturas básicas e actividades económicas criadas no âmbito do CAA implicarão a necessidade de promover um melhor acesso aos mercados e serviços. Os “Centros de Apoio ao Desenvolvimento” (CAD), agrupando 4-5 CAA, desempenhariam essa função, constituindo a segunda etapa no estabelecimento dos Triângulos de Crescimento. Os CAD, que deverão ser instalados junto a um eixo rodoviário existente ou a ser construído a curto prazo, terão um importante papel na diversificação das fontes de rendimento e oportunidades de emprego, contribuindo para remover os obstáculos ao desenvolvimento nas zonas rurais, como por exemplo a falta de competências técnicas e empresariais, e de acesso à comercialização, falta de informação e de centros de prestação de serviços, bem como a falta de instalações de armazenamento e de serviços de reparação/manutenção. Os

CAD podem desempenhar um importante papel, nomeadamente como: i) fonte de informação, facultando também orientação e aconselhamento; ii) centro de comercialização; iii) centro de fornecimento de factores de produção; iv) centro de desenvolvimento e actualização de competências; v) facilitador do estabelecimento de contactos com os mercados nas zonas urbanas; vi) elo de ligação entre as populações e as instituições de crédito; vii) fornecedor de instalações de armazenamento. Por sua vez, o Governo prestará apoio sob a seguinte forma: i) afectação de recursos orçamentais para a criação dos CAD; ii) criação das infra-estruturas sociais e físicas básicas, nomeadamente telecomunicações, serviços postais, centro de saúde com laboratório, escola secundária; iii) instituição de micro-crédito e iv) prestação de serviços de extensão rural.

A terceira etapa no desenvolvimento dos Triângulos de Crescimento envolve a criação de “Pequenas Unidades Industriais e de Armazenamento” (PUIA), agrupando um conjunto de 4-5 Centros de Apoio ao Desenvolvimento, com o objectivo de promover as pequenas e médias unidades de produção que utilizem as matérias primas e recursos locais, criar instalações de armazenamento de maior dimensão, incluindo câmaras frigoríficas e dar valor acrescentado aos produtos agrícolas. Os Triângulos de Crescimento permitem dar simultaneamente resposta às necessidades de desenvolvimento económico e social, transformação e industrialização do país, de forma bem distribuída e coordenada com a participação activa e efectiva das comunidades locais.

3.2.i Aumentar a produtividade, os rendimentos e o emprego na agricultura

O Quadro 2, abaixo, apresenta sob a forma de uma matriz as diferentes etapas necessárias à criação dos Triângulos de Crescimento, nomeadamente: a) O que é necessário; b) O que deve ser feito; c) Ministério envolvido; d) Como se irá proceder; e) Apoio dos doadores/externo previsto. Uma importante componente da Estratégia Nacional para o Emprego consiste na experimentação de alguns esquemas no âmbito de projectos-piloto.

Quadro-2

Aumentar a produtividade, os rendimentos e o emprego na agricultura

O que é necessário□	O que deve ser feito, ou seja Objectivo/Ação□	Ministério envolvido	Como se irá proceder□	Apoio dos doadores/ externos previsto
Remover os obstáculos ao desenvolvimento e colmatar as insuficiências em matéria de infra-estruturas nas zonas rurais e aldeias	Estabelecer Triângulos de Crescimento , no âmbito de um processo em 3 etapas: 1) Centro de Apoio às Aldeias; 2) Centro de Apoio ao Desenvolvimento; 3) Pequena Unidade Industrial e de Armazenamento Mais tarde estabelecer pelo menos 2 Triângulos de Crescimento (TC)	Ministério das Infraestruturas/ Secretaria de Estado da Juventude e Desporto e SEFOPE	Os fundos necessários à concretização deste programa provêm do orçamento corrente, no âmbito dos Programas de Investimento Sectorial. O apoio dos doadores seria importante. A localização dos Centros de Apoio às Aldeias e dos Centros de Apoio ao Desenvolvimento é feita em estreita cooperação com os Chefes de Suco e comunidade local , envolvidos. Os projectos de obras públicas e construção civil prevêm a utilização de tecnologias de mão-de-obra intensiva e de tecnologia de baixo custo . Estas instalações devem ser localizadas em zonas onde já exista saneamento básico, devendo caso contrário, o mesmo ser implementado. As associações industriais deverão também participar nas Pequenas Unidades Industriais e de Armazenamento. Recurso aos empreiteiros locais , incluindo formação dispensada aos mesmos, se necessário. Desenvolvimento faseado no âmbito de um projecto-piloto a 2 anos .	A OIT poderá assumir um papel de facilitador na obtenção de apoio por parte dos doadores, bem como assegurar a coordenação e prestar a assistência técnica necessária.
<u>Integração de questões de jovens e de género</u> - Os Triângulos de Crescimento permitiriam a criação de muitas oportunidades de emprego. Saliente-se que os jovens e as mulheres constituíam 20% dos beneficiários, das acções de formação e dos empregos criados. - Note-se ainda que, pelo menos, 20% das empresas nos Centros de Apoio às Aldeias e nos Centros de Apoio ao Desenvolvimento seriam geridas por mulheres e jovens. - O Conselho Nacional da Juventude deve ser envolvido efectivamente nas questões da juventude.				

Importa salientar que os Triângulos de Crescimento são complementares da estratégia delineada no ponto 3.1.i, com as seguintes prioridades i) aumento da produtividade das culturas do milho e do arroz, através de maior uso de fertilizantes químicos, pesticidas e melhoramento da variedade de sementes; ii) aumento da produção de café; iii) construção de instalações de armazenamento de colheitas; iv) exploração leiteira e v) melhoria das práticas de irrigação. Esse conjunto de estratégias tem por objectivo iniciar o processo de criação de emprego produtivo, redução da pobreza e diversificação das actividades económicas nas

zonas rurais. Note-se ainda que os principais pontos da estratégia assentam no Programa de Desenvolvimento Nacional e nos Programas de Investimento Sectorial.

A Estratégia Nacional para o Emprego recomenda, na medida do possível, o recurso a tecnologias de baixos custos e tecnologias de mão-de-obra intensiva para os projectos de obras públicas e construção civil, bem como a empreiteiros locais. Os Centros de Apoio às Aldeias deverão também, na medida do possível, ser construídos junto a um eixo viário, devendo a sua localização ser escolhida tendo em conta os riscos associados às chuvas/escoamento de águas pluviais e inundações. Os Centros de Apoio ao Desenvolvimento deverão dispor, à partida ou muito rapidamente, de electricidade. Os Centros de Apoio às Aldeias, Centros de Apoio ao Desenvolvimento e Pequenas Unidades Industriais e de Armazenamento deverão estar equipados com casas de banho e dispor de esgotos e serviço de recolha do lixo.

3.3 Criação de emprego no âmbito de projectos de infra-estruturas e obras públicas

Timor-Leste depara-se actualmente com a enorme tarefa de desenvolver as suas infra-estruturas e equipamento colectivos. A reabilitação e construção das infra-estruturas incluindo os sistemas de irrigação e de esgotos, construção de estradas de acesso, construção de instalações de armazenamento, desenvolvimento de mercados e do transporte local são algumas das intervenções previstas. No quadro deste desafio, destaca-se ainda o abastecimento de água potável e o saneamento, que contribuem para reduzir as doenças, mortalidade infantil e até a subnutrição. A Estratégia Nacional para o Emprego reconhece a importante contribuição que o Ano das Infraestruturas em Timor-Leste terá ao enfrentar estes numerosos desafios.

A rede rodoviária com uma extensão de 6.000 km, incluindo eixos principais (1.200 km), estradas distritais/secundárias (2.000 km) e estradas de acesso (1.800 km) e estradas de terra batida, está em mau estado de conservação, sofrendo avultados danos durante a estação das chuvas e monções. A rede de estradas secundárias e estradas de acesso está pouco desenvolvida, o que dificulta o acesso aos Sucos durante a estação das chuvas. Uns quintos dos Sucos são servidos por estradas de terra batida. As condições do terreno, geologia, condições climáticas, e imprevistos, tais como: terremotos e deslizamento de terras, a degradação das margens dos rios, estradas e pontes, implicam elevados custos adicionais de manutenção. O Governo elaborou um programa quinquenal e definiu uma estratégia para os próximos 10 anos, com vista a reabilitar a rede rodoviária, garantir a manutenção regular das vias, minimizar os custos do ciclo de vida, reduzir o fecho de estradas, melhorando a respectiva transitabilidade e melhorar a fiabilidade dos acessos. Este programa representa uma enorme oportunidade para o desenvolvimento do sector da construção em Timor-Leste, envolvendo um investimento de mais de USD 200 milhões, em obras públicas e manutenção, num período de 5 anos RDTL (2006 c). Este plano será reforçado também em termos de alocação de recursos durante o “Ano das Infraestruturas em Timor-Leste”

A situação das infra-estruturas de abastecimento de água potável e saneamento básico é preocupante. De facto, nas zonas rurais 76% dos agregados não têm acesso a água potável e quando há fornecimento de água potável, geralmente só se verifica durante algumas horas do dia. Por sua vez, em Díli, 82% dos agregados não têm acesso a água potável 24 horas por dia. 87% dos agregados nas zonas rurais não têm acesso a saneamento básico adequado, valor que passa para 1/4 em Díli, e para 40% nas restantes zonas urbanas.

3.3.i. Crescimento de Produtividade, Rendimento e Emprego no âmbito de projectos de infra-estruturas e obras públicas

É necessário desenvolver, em colaboração com as partes interessadas, um plano integrado para a melhoria da acessibilidade nas zonas rurais. Tomar-se-á como referência a distância que uma família deve percorrer para chegar a serviços como: escola, serviços de saúde, mercado, etc., contribuindo para identificar as prioridades da comunidade em termos de infra-estruturas sociais e físicas. Esta estratégia preconiza, na medida do possível, o recurso a tecnologias de mão-de-obra intensiva para a construção, reparação, reabilitação e manutenção das infra-estruturas. Estima-se, por exemplo, que o recurso a tecnologias de mão-de-obra intensiva na construção e reabilitação de estradas rurais contribuiria para a criação de 1500 a 2500 dias de trabalho por quilómetro. No caso dos trabalhos de

manutenção, calcula-se que cada 2 km de estrada contribuiria para empregar um trabalhador. Além disso, a manutenção regular durante a estação seca contribuiria para gerar de 700 dias de trabalho por quilómetro, ou seja, excelentes resultados em termos de emprego que irão potenciar o crescimento económico (Edmonds, 2007).

Preconiza-se uma maior e mais efectiva participação das comunidades, em particular das zonas rurais, no desenvolvimento, concepção e implementação do Programa de Obras Públicas. As áreas de intervenção deste Programa, como a construção de Sistemas para armazenamento de água/reservatórios para águas pluviais, revestimento de cursos de água, construção de acessos rodoviários às aldeias e de canais de descarga nas zonas rurais, contribuiriam para a realização do triplo objectivo: melhorar as infra-estruturas, criação de emprego remunerado, e criação e diversificação de actividades económicas. Outras áreas de intervenção incluem a construção e reabilitação das infra-estruturas de abastecimento de água, pavimentação das ruas e construção de “cidades limpas”, de escolas, centros de saúde e centros de lazer para os jovens.

Esta estratégia regista a declaração do Banco Mundial de que “é viável a implementação de um programa de obras públicas a nível nacional, podendo inicialmente empregar 50.000 trabalhadores durante 50 dias por ano, número que poderia aumentar posteriormente para 100.000 trabalhadores durante 75 dias por ano, implicando custos anual da ordem de USD 25 milhões”. Este programa poderia dirigir-se aos jovens e aos pobres, Organização para Finança Internacional (IFC) & Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) (2007).

Esta estratégia recomenda que seja dado início aos seguintes projectos: i) Sistemas para armazenamento de água/reservatórios; ii) revestimento de cursos de água; iii) centros comunitários nos Sucos; iv) desenvolvimento da rede viária rural; v) reparação das estradas nas áreas urbanas e rurais; vi) manutenção das estradas nas áreas urbanas e rurais; vii) criação de centros de saúde nos Sucos; viii) pavimentação das ruas e ix) criação de centros de lazer para os jovens. Este importante programa de infra-estruturas e obras públicas contribuirá para abrir novas perspectivas de emprego, crescimento e desenvolvimento. Paralelamente, e embora todas as medidas seleccionadas sejam importantes para se alcançar o nosso objectivo de aumentar a produtividade, os rendimentos e o emprego na agricultura, foram também realçadas medidas e passos necessários a tomar de imediato.

Salienta-se, que com o objectivo de dinamizar as pequenas empresas por pequenos empresários, os projectos tal como descrito no Quadro 3, pressupõem:

1. prestação de formação adequada;
2. b) promoção da subcontratação; e
3. c) recurso a empreiteiros locais,.

Quadro-3

Aumentar a produtividade, os rendimentos e o emprego na agricultura

O que é necessário□	O que deve ser feito, ou seja Objectivo/Acção□	Ministério envolvido	Como se irá proceder□	Apoio dos doadores/ externo previsto
Sistemas de Armazenamento de água / reservatórios para as águas das chuvas	5 reservatórios / depósitos de água a construir todos os anos	Ministério das Infraestruturas/ Ministério da Agricultura e SEFOPE	Fundos necessários com origem nos orçamentos dos PIS. O apoio de Doadores será importante. A escolha dos locais é feita em colaboração directa com os Chefes dos Sucos e das comunidades locais. Tecnologia de baixo custo é utilizada na construção Mão-de-obra assente em tecnologia adequada é utilizada nas obras São utilizados empreiteiros locais se necessário e também alguma formação As necessidades de formação são asseguradas por formadores das ONGs. Este programa necessita contudo de ser retomado enquanto decorre o período da agricultura e será pago à tarefa	A FAO pode actuar como facilitador na procura do apoio de doadores providenciando apoio técnico OIT dá apoio com formação e na utilização de LBAT
Canalização dos cursos de água	Canalização de 5 cursos de água por ano	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito
Centros Comunitários nos Sucos	Centros Comunitários são construídos por ano em 5 Sucos para servirem como fonte de informação, local de encontro, pequena biblioteca, sala de jogos, clubes de jovens e de mulheres. Se possível com campo de jogos.	Ministério da Educação e Cultura/ Ministério das Infraestruturas	Tal como acima descrito com a excepção de que este programa não necessita ser iniciado durante o decorrer do período da agricultura	Tal como acima descrito
Ligação por estradas rurais	Todos os anos construção de estradas de acesso a 5 Sucos	Ministério das Infraestruturas e SEFOPE	Este programa necessita contudo de ser retomado enquanto decorre o período da agricultura “e será pago à tarefa	O Banco Mundial e o ADB podem ser facilitadores OIT na formação

Reparação de estradas rurais	São reparados em cada ano 300Km de estradas rurais.	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito
Manutenção de estradas rurais	São alvo de manutenção todos os anos, 300Km de estradas rurais.	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito
Centros de Saúde nos Sucos	Anualmente são construídos em 5 Sucos Centros de Saúde. De preferência perto do 1º nível dum triângulo de crescimento.	Ministério das Infraestruturas Ministério da Saúde e SEFOPE	Tal como acima descrito com uma excepção pois este programa necessita ser iniciado durante o decorrer do período da agricultura	A OMS lidera a coordenação dos doadores e OIT o aspecto da formação.
Pavimentação das ruas	Por ano 25% das ruas de Dili e 15% das ruas de Baucau são pavimentadas.	Tal como acima Descrito	Fundos necessários com origem nos orçamentos dos PIS. O apoio de Doadores será importante. São utilizados empreiteiros locais se necessário e também alguma formação. Mão-de-obra assente em tecnologia adequada é utilizada nas obras As necessidades de formação são asseguradas por formadores das ONGs.	O Banco Mundial e o ADB actuam como facilitadores necessários. A OIT assegura o aspecto da formação.
Reparação das estradas	Por ano são reparados 300 km de estradas.	Tal como acima descrito	Fundos necessários com origem nos orçamentos dos PIS. O apoio de Doadores será importante. Mão-de-obra assente em tecnologia adequada é utilizada nas obras As necessidades de formação são asseguradas por formadores das ONGs.	O Banco Mundial e o ADB actuam como facilitadores necessários. A OIT assegura o aspecto da formação.
Manutenção das estradas	Por ano são alvo de manutenção 300 km de estradas.	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito
Centros de Recreio para a Juventude	São construídos 3 Centros de Juventude em Dili e 1 em Baucau e nos anos seguintes é construído 1 Centro noutros dois Distritos.	Ministério das Infraestruturas Secretaria de Estado da Juventude e Desporto SEFOPE	Fundos necessários com origem nos orçamentos dos PIS. O apoio de Doadores será importante. Tecnologia de baixo custo é utilizada na construção Tecnologia de baixo custo é utilizada na construção	O Banco Mundial e o ADB actuam como facilitadores necessários.

			Mão-de-obra assente em tecnologia adequada é utilizada nas obras São utilizados empreiteiros locais se necessário e também alguma formação. As necessidades de formação são asseguradas por formadores das ONGs.	A OIT assegura o aspecto da formação.
<u>Integração de questões dos jovens e de género</u> 1. Esta estratégia permitiria a criação de muitas oportunidades de emprego. Salienta-se que os jovens e as mulheres constituiriam 20% dos beneficiários das acções de formação e dos empregos criados. 2. Pelo menos 10% dos empreiteiros são jovens e mulheres 3. Cerca de 5% das obras são adjudicadas a “subempreiteiros” 4. Além disso, cerca de metade dos centros para os jovens localizados nas zonas urbanas destinam-se às mulheres. 5. Metade dos espaços nos centros comunitários nos Sucos serão reservados aos jovens e mulheres. 6. O Conselho Nacional da Juventude necessitará de se envolver efectivamente em ir ao encontro da Juventude				

3.3.ii Acções e medidas imediatas

1. Construção de 5 reservatórios para armazenamento de água, por ano,
2. Canalização de 5 canais de água, por ano,
3. Construção de Centros Comunitários em 5 Sucos, por ano, com valências de fonte de informação, local de encontro, pequena biblioteca, jogos *indoor*, clube de jovens e clube de mulheres; também pode ter um campo desportivo,
4. Acesso por estrada a 5 Sucos, por ano,
5. Construção de centros de saúde em 5 Sucos, por ano, preferencialmente perto do 1º nível dos Triângulos de Crescimento,
6. Construção de 3 Centros para a Juventude em DILI e 1 em BAUCAU e em anos subsequentes construção de um centro em 2 outros distritos, e
7. Pavimentação de 25% das ruas em DILI e 15% de ruas em BAUCAU, por ano.

3.4 Criação de emprego no sector da habitação;

“O Governo irá dar prioridade à construção de habitações para todos os timorenses, mas em especial para aqueles que se encontram em situações mais vulneráveis, promovendo a implementação de um plano de urbanização em Díli e nos outros distritos, com base no trabalho já desenvolvido pelo GERTIL, que concebeu um plano para as cidades de Díli e Baucau. GOTL (2007)

Cerca de 70% dos edifícios do país, incluindo cerca de 68.000 alojamentos (aproximadamente 40% do parque habitacional) foram destruídos na sequência da violência que afectou Timor-Leste após o referendo de 1999. Cerca de 65% da população foi deslocada e mais de 40% ficou sem casa, tendo ainda muitos timorenses ficado a viver em habitações degradadas ou sem condições mínimas de conforto e salubridade. Cerca de metade dos alojamentos nas zonas urbanas têm água canalizada, 58% têm instalações sanitárias e 74% dispõem de electricidade. Nas zonas urbanas, apenas 58% das habitações foram construídas com materiais sólidos. Nas áreas rurais estes valores são bem mais baixos, GOTL (2006d).

Estima-se que a população urbana venha a aumentar 5 a 5,2% por ano, prevendo-se que em 2015, 28% da população total, ou seja 357.000 pessoas, estejam a residir nas zonas urbanas. Entre 2004 e 2015, estima-se que a procura de habitação nas zonas urbanas seja de 60.000 casas. As estratégias de Desenvolvimento Urbano para as cidades de Díli e Baucau visam explorar plenamente i) a vantagem competitiva de Díli, como capital estrategicamente localizada, centro administrativo e foco de crescimento económico para Timor Leste e ii) a vantagem competitiva de Baucau como capital regional e centro administrativo estrategicamente localizado, com um potencial de crescimento económico, GOTL (2006d).

Díli conta com 98 bairros informais. Foi elaborado um plano detalhado, prevendo a implementação das obras de reabilitação pela comunidade. Está ainda prevista a implementação da Fase 1 do projecto de habitação social de Hera e Tibar, em Díli, para satisfazer a crescente procura de terrenos urbanizados para construção de habitação social na área urbana de Díli. Nos centros regionais e distritais prioritários, foram identificados/estão ser identificados os bairros informais a reabilitar no âmbito de projectos-piloto. Os projectos de reabilitação serão definidos em conformidade com os princípios e orientações da Política Nacional de Habitação.

Tendo em conta a actual situação do parque habitacional e a prioridade política na habitação, esta Estratégia considera que esta área apresenta um bom potencial em termos de emprego, com impacto no crescimento comercial, bem como nos sectores dos serviços, transportes e transformador.

Esta estratégia salienta como objectivos fundamentais: i) desenvolver e assegurar uma abordagem integrada com a participação da comunidade; ii) recurso a tecnologias de baixo custo; iii) na medida do possível, recurso a tecnologias de mão-de-obra intensiva; iv) dar igual prioridade ao desenvolvimento da indústria, serviços e comércio; v) criar programas adequados de desenvolvimento de competências.

No contexto de Timor-Leste, o sector da habitação contribuiria ainda para o desenvolvimento do sector industrial, nomeadamente: produção de blocos de cimento, aço, tintas, vernizes, cabos e equipamentos eléctricos, artigos sanitários, tubos, ladrilhos,

materiais cerâmicos, aparelhos domésticos, artigos de madeira e outras indústrias de materiais de construção.

3.4.i Crescimento da Produtividade, Rendimentos e Emprego no sector Habitação

Esta Estratégia contempla simultaneamente: i) os bairros informais; ii) a habitação social e iii) núcleos habitacionais. Recomenda ainda que centros comerciais e mercados sejam integrados nos projectos de construção/desenvolvimento habitacional, vide Quadro 4

Quadro-4
Crescimento da Produtividade, Rendimentos e Emprego no sector da Habitação

O que é necessário□	O que deve ser feito, ou seja Objectivo/Acção□	Ministério envolvido	Como se irá proceder□	Apoio dos doadores/ externo previsto
Bairros informais	Reabilitação, numa primeira fase, de 5 bairros em Díli e 3 em Baucau, e de 10 bairros por ano nos anos subsequentes.	Ministério das Infraestruturas e SEFOPE	Fundos necessários previstos no Programa de Investimento Sectorial. A comparticipação dos doadores seria significativa. A selecção dos bairros informais objecto de reabilitação será levada a cabo em colaboração com as comunidades locais e com chefes de Suco respectivos. Recurso a tecnologias de mão-de-obra intensiva para execução das obras de construção. Recurso a tecnologias de baixo custo. Implementação faseada. Avaliação das necessidades de formação que deverá, em grande parte, ser ministrada por ONG	PNUD, Comissão Europeia e Aus-Aid. OIT no que respeita à formação
Habitação social	Construção em Hera e Tibar de 1 bairro de habitação social e de 2 bairros em dois outros distritos. Posteriormente, construção anual de dois bairros de habitação social nos restantes distritos O projecto inclui um pequeno mer-ado e um peque-no centro comercial	Ministério das Infraestruturas e SEFOPE	Fundos necessários previstos no Programa de Investimento Sectorial. A comparticipação dos doadores seria significativa. Recurso a tecnologias de mão-de-obra intensiva para execução das obras de construção. Avaliação das necessidades de formação que deverá, em grande parte, ser ministrada por ONG.	PNUD, Comissão Europeia e Aus-Aid. OIT no que respeita à formação

Núcleos habitacionais	Construção em Díli, Baucau e outro distrito de 1 núcleo habitacional, incluindo todos os equipamentos colectivos. Inclui ainda um mercado e um centro comercial	Ministério das Infraestruturas e SEFOPE	Fundos necessários previstos no Programa de Investimento Sectorial. A comparticipação dos doadores seria significativa. Recurso a tecnologias de mão-de-obra intensiva para execução das obras de construção. Avaliação das necessidades de formação que deverá, em grande parte, ser ministrada por ONG.	PNUD, Comissão Europeia e Aus-Aid. OIT no que respeita à componente de formação
<u>Integração de questões de jovens e de género</u> 1. A estratégia elaborada neste quadro permitirá a criação de muitas oportunidades de emprego. Salienta-se que os jovens e as mulheres constituem 20% dos beneficiários, das acções de formação e dos empregos criados. 2. Pelo menos 10% dos subempreiteiros nas áreas urbanas e empreiteiros locais nas áreas rurais são jovens e mulheres. 3. Cerca de um quarto das lojas e espaços comerciais serão reservados às mulheres e aos jovens. 4. O Conselho Nacional da Juventude tem necessidade de se envolver efectivamente nas questões da juventude.				

3.4.ii Medidas e Acções imediatas

1. Reabilitação de 5 bairros em DILI e 3 em Baucau
2. Habitação social em Hera e Tibar e em 2 outros distritos
3. Núcleo habitacional com todos os equipamentos colectivos em Díli, Baucau e noutro Distrito

3.5 Criação de emprego na indústria transformadora

O tecido industrial é actualmente constituído por artesanato local, sobretudo na área da tecelagem, trabalhos artísticos em madeira, serrações, cerâmica, pequenas unidades fabris para o descasque do arroz e para o tratamento do café e indústrias extractivas, como é o caso da extracção do sal. Cerca de três quartos das empresas formais empregam menos de 10 trabalhadores e 45% têm um volume de negócios anual inferior a USD 5.000. Constituem, no entanto, excepção as empresas dos sectores petrolífero e energético, ou seja, empresas de capital intensivo.

A situação actual indica que o processo de industrialização será inicialmente liderado por investidores nacionais, apostando na produção de materiais de construção, bens de uso doméstico, bens de consumo e agro-industriais. Nesta primeira etapa, as pequenas e médias empresas/indústrias deveriam estar aptas a responder a estas necessidades com as competências empresariais e recursos de que dispõem. Prevê-se ainda a criação das condições e infra-estruturas essenciais para atrair o investimento directo estrangeiro. Nas Secções 3.1 a 3.4 supra, referem-se outras áreas que deverão ser abrangidas por uma política sectorial integrada. Salienta-se nomeadamente:

- | | |
|------------------------------------|--|
| 1. Blocos de cimento | 9. Mobiliário |
| 2. Tintas e vernizes | 10. Artigos em madeira |
| 3. Cabos e equipamentos eléctricos | 11. Tratamento do café |
| 4. Artigos sanitários | 12. Agro-indústria |
| 5. Tubos | 13. Lacticínios e |
| 6. Ladrilhos | 14. Bens de consumo |
| 7. Materiais cerâmicos | 15. Processamento Alimentar |
| 8. Aparelhos domésticos | 16. Aquacultura e processamento do pescado |

O necessário apoio ao desenvolvimento industrial envolveria:

Criação de Pequenas Unidades Industriais (PUI), em Díli e em Baucau

Criação e desenvolvimento de pólos empresariais

Oferta de serviços de apoio ao desenvolvimento empresarial, incluindo o reforço e expansão dos “Centros de Desenvolvimento Empresarial”

Promoção do acesso ao crédito para os empresários

Criação de associações empresariais de áreas específicas

Eliminação dos factores que contribuem para aumentar os custos da actividade empresarial em Timor-Leste

O Ministério do Turismo, Comércio e Indústria – o ministério mais relacionado – com o desenvolvimento industrial, esta estratégia também sublinha uma focalização em simultâneo na: i) instalação de parques industriais e de exportação, ii) um porto para embarcações de alto mar, iii) actividades petrolíferas e desenvolvimento de infraestruturas respectivas em Suai e na Costa Sul.

Para ultrapassar os obstáculos que entravam o desenvolvimento das actividades das empresas são necessárias acções positivas, nomeadamente nos seguintes domínios: i) custo das telecomunicações (o preço das chamadas telefónicas é 4 vezes superior ao praticado na Indonésia); ii) custo da electricidade comercial (a mais cara do mundo); iii) falta

de fiabilidade no abastecimento de energia (abastecimento eléctrico só durante algumas horas da noite a nível dos distritos); iv) cumprimento de contratos, indicador em que Timor-Leste tem a mais baixa classificação no mundo; v) o prazo necessário para criar uma empresa (actualmente, é de 92 dias); vi) os custos para criar uma empresa ascendem a 125% do PIB per capita e vii) deficiente protecção dos investidores estrangeiros em relação a outros países. Banco Mundial (2006).

3.5.ii Acções e medidas imediatas

Criação de Pequenas Unidades Industriais em DILI e Baucau,
 Estabelecimento de um parque industrial e de exportações,
 Criação e desenvolvimento de pólos empresariais,,
 Fornecimento de serviços para o desenvolvimento de negócios, incluindo o fortalecimento e expansão dos “Centros de Desenvolvimento Empresarial” e
 Criação de associações empresariais de áreas específicas

3.6 Criação de emprego no comércio interno

“O comércio interno constitui uma das fontes para a criação de riqueza, não tendo sido ainda objecto de intervenções adequadas que impulsionem a capacidade nacional dos comerciantes timorenses, invertendo a actual tendência de serem os pequenos comerciantes estrangeiros a controlarem o comércio em Timor-Leste”. GOTL (2007)

Existe um enorme potencial de emprego no comércio interno, abrangendo o pequeno comércio, comércio retalhista e grossista, hotelaria, restauração, serviços de reparação e manutenção. Considerando as importações que rondam centenas de milhões de dólares, incluindo uma percentagem significativa de bens de uso doméstico e de consumo, esta estratégia recomenda a criação da “Timor-Leste Trading Corporation” (TLTC). Esta entidade será responsável pelas importações de bens de uso doméstico e de consumo, bem como pela criação de lojas e instalações de refrigeração para os stocks e aprovisionamentos.

Actualmente, a participação dos timorenses nas actividades empresariais e comerciais é baixa, exigindo por parte do Governo medidas de apoio ao desenvolvimento de competências locais e promoção do espírito de iniciativa. Recomenda-se, assim, a criação da “Timor Leste Utilities Stores Corporation” (TLUSC) (Companhia de Armazenamento de Mercadorias de Timor Leste), será responsável pela criação de armazéns onde serão comercializados bens de uso doméstico e bens de consumo nos Distritos e nos sub-distritos. A TLUSC será ainda responsável pelo desenvolvimento de uma cadeia de pontos de venda nas cidades e nas zonas rurais, que serão explorados em regime de *franchising*, de preferência pela população local.

Embora estas duas entidades estejam obviamente sujeitas a supervisão, as mesmas deverão dispor de autonomia no desenvolvimento das suas actividades. Criadas com capital inicial do Estado, deverão ser geridas com o objectivo de gerar lucros. Deve, no entanto, salientar-se que a proposta de criação destas duas entidades não visa a imposição de monopólios de estado, visa sim abrir a porta à participação do sector privado. Entretanto terão sido criadas no país as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento das empresas e comércio privado.

Frutas, vegetais e artesanato produzidos nas zonas rurais afluem às cidades, em particular Díli. Esta estratégia também recomenda a criação de espaços especiais destinados a mercados de domingo e de fim-de-semana, onde os agricultores e artesãos das zonas rurais possam vender directamente ao público a sua produção.

Os distritos e sub-distritos serão responsáveis pela identificação dos locais e desenvolvimento de mercados separados para: i) oficinas de mecânica, peças automóveis, reparação e manutenção; ii) materiais de construção; iii) bens de uso doméstico e bens de consumo; iv) serviços diversos; v) mercados “de domingo” e “de fim de semana”.

Integração de questões de jovens e mulheres

- i). 25% dos postos de trabalho criados no âmbito da TLTC e TLUSC destinam-se aos jovens e mulheres, bem como 25% dos pontos de venda explorados em regime de *franchising*;
- ii). 25% dos beneficiários dos espaços criados nos diferentes mercados serão jovens e mulheres. O Conselho Nacional da Juventude tem necessidade de se envolver efectivamente nas questões da juventude.

3.6.ii Acções e medidas imediatas

Criação da Associação do Comércio de Timor-Leste responsável pela importação dos bens de consumo e domésticos e também pela criação de armazéns e armazéns frigoríficos para os *stocks* e fornecimentos.

Criação da Associação de Armazenistas de Timor- Leste, com a tarefa de criação de armazéns por sectores – aprovisionamento para produtos domésticos e de consumo – em Distritos e Sub- distritos.

Desenvolvimento de mercados em pelo menos 2 Distritos separadamente para:

- I. Oficinas de mecânica,
- II. Peças para automóveis, reparação e manutenção,
- III. Bens de uso doméstico e de consumo,
- IV. Mercados de Domingo e de Fim de Semana.

3.7 Criação de emprego no turismo

“O Governo pretende prosseguir uma política de desenvolvimento do turismo que passará por: i) melhor divulgação das praias e montanhas de Timor-Leste; ii) eco turismo; iii) promover o investimento estrangeiro na área do turismo; iv) criar zonas protegidas, especialmente vocacionadas para o turismo; vi) promover acções de formação na área do Turismo”. GOTL (2007)

O Sudeste Asiático já demonstrou os benefícios para a região do aumento dos fluxos de turistas internacionais à procura de tranquilidade, serenidade, beleza natural, praias, desportos náuticos, aventura e ambientes limpos e seguros. Dezenas de milhões de turistas viajam para Singapura, Malásia, Indonésia, Tailândia e Filipinas. Um pouco mais longe, na Ásia do Sul, as Maldivas, um país formado por centenas de pequenas ilhas e atóis, com menos de meio milhão de habitantes, tornou-se num destino do turismo internacional apesar das desvantagens no plano geográfico. Várias ilhas foram transformadas em verdadeiros paraísos para turistas à procura de desportos náuticos, praias de águas transparentes, mas também de tranquilidade e serenidade.

Timor-Leste também dispõe de numerosos atractivos turísticos, nomeadamente. praias, montanhas, gozando de tranquilidade e serenidade, sem esquecer um grande potencial para o eco-turismo. Note-se ainda outra vantagem: a proximidade da Austrália e de Bali, um importante destino turístico. Esta Estratégia considera, no entanto, que para explorar o vasto potencial turístico de Timor-Leste, é necessária uma maior e mais efectiva coordenação entre investidores estrangeiros, operadores turísticos, cadeias hoteleiras e agências de viagens. A organização de feiras de turismo seria um importante contributo nesse sentido, implicando a criação prévia de zonas protegidas especialmente vocacionadas para o turismo. Devem ainda promover-se acordos regionais com operadores turísticos para criar pacotes turísticos.

Cada vez mais, cidadãos de Singapura, da China e da Coreia passam férias no estrangeiro, estando sempre à procura de pacotes turísticos a preços competitivos. São clientes potenciais que podemos atrair. Será necessário celebrar acordos de cooperação com as agências oficiais responsáveis pelo turismo, bem como com os operadores turísticos, em particular na Austrália, Malásia, China e Singapura.

3.7.1 Criação de Rendimentos e Emprego no Turismo

O Desenvolvimento de infraestruturas do turismo e as infraestruturas secundárias para suportar o crescimento do mercado do turismo doméstico e internacional: tem que ser implementado. Este documento considera que numerosas acções e objectivos indicados nas sub-seções anteriores dão cobertura indirectamente ao desenvolvimento das infraestruturas do turismo. As acções propostas pela Estratégia incluem: 1) criação de pacotes turísticos; ii) organização de feiras de turismo e iii) celebração de protocolos de acordo, vide Quadro 5.

Quadro-5
Criação de Rendimentos e Emprego no Turismo

O que é necessário□	O que deve ser feito, ou seja, Objectivo/Acção□	Ministério envolvido	Como se irá proceder□	Apoio dos doadores/ externo previsto
Pacotes turísticos	Criação de 5 pacotes turísticos em 2009 e de pelos menos 5 , anualmente, nos anos subsequentes	Ministério do Turismo, Comércio e Indústria Ministério da Educação e da Cultura Ministério dos Transportes e comunicações e SEFOPE	Modalidades a determinar em estreita colaboração com operadores turísticos de Timor-Leste e de um determinado número de países . Locais de partida possíveis: i) Darwin-Bali-Díli, ii) Malásia-Bali-Díli, iii) Singapur-Bali-Díli. Avaliação das necessidades de formação que deverá, em grande parte, ser ministrada por ONGs.	Organização Mundial do Turismo e Aus-Aid. OIT no que respeita à componente de formação
Feiras de turismo	Organização de 5 feiras de turismo em 2009 e de pelo menos 5 , anualmente, nos anos subsequentes	Ministério do Turismo, Comércio e Indústria/ Ministério dos Negócios Estrangeiros e SEFOPE	Modalidades a determinar em estreita colaboração com as representações timorenses no estrangeiro e a comunidade/ diáspora timorense Participação de operadores turísticos nacionais e estrangeiros Elaboração de brochuras Projecto-piloto a desenvolver durante 2 anos. Avaliação das necessidades de formação que deverá, em grande parte, ser ministrada por ONG.	Organização Mundial do Turismo e Aus-Aid. OIT no que respeita à componente de formação
Protocolos de acordo	Negociação e assinatura de acordos de cooperação com agências oficiais responsáveis pelo turismo na Austrália, Malásia e Singapura.	Como acima mencionado	Financiamento pelo orçamento corrente. Participação de agências de viagem e operadores turísticos timorenses, bem como da Austrália, Malásia e Singapura.	n/a

3.7.ii Acções e medidas imediatas

Organização de 5 Pacotes Turísticos em 2009 com início em: i) Darwin-Bali-Díli, ii) Malásia-Bali-Díli, e iii) Singapura-Bali-Díli,
Organização de 5 Feiras de Turismo em 2009 com início na Austrália, Malásia e Singapura, e
Discussão dos Acordos de Cooperação iniciados e assinados com pelo menos as agências oficiais responsáveis pelo Turismo na Austrália, Malásia e Singapura.

3.8 Emigração / Emprego

“Através da cooperação entre os nossos governos, estou convencido que nós podemos ajudar a Austrália na sua falta de mão de obra, enquanto proporcionarmos oportunidades de emprego e formação profissional ao povo Timorense”. Primeiro-ministro Kay Rala Xanana Gusmão em carta enviada ao Primeiro-ministro da Austrália Hon. Kevin Rudd, em 13 de Junho de 2008.

Actualmente, mais de 190 milhões de pessoas no mundo vivem e trabalham fora do seu país de nascimento ou de nacionalidade, registando-se mais 120 milhões de trabalhadores migrantes. Compreende-se assim que a visibilidade dos timorenses seja muito reduzida.

Muitos países do Sudeste Asiático beneficiam destes fluxos migratórios. As Filipinas, por exemplo, desenvolveram esta forma de explorar o vasto potencial de emprego que existe no estrangeiro, preparando a mão-de-obra de acordo com as necessidades do mercado de trabalho estrangeiro, mas também criando instituições para proteger os seus trabalhadores emigrantes no estrangeiro, bem como para a sua reinserção no regresso ao país. Convém ainda salientar o papel fundamental das agências/promotores de emprego privados na angariação de trabalhadores em vários países asiáticos exportadores de mão-de-obra. Nos últimos anos, tem-se ainda assistido à celebração de acordos bilaterais e de protocolos de acordo entre países de origem e de acolhimento. Alguns países avançados, entre eles, a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá, introduziram um sistema de pontos para regular a entrada de trabalhadores migrantes.

Timor-Leste deverá ponderar cuidadosamente todos estes dados e, em particular procurar celebrar protocolos de acordo com a Coreia, Malásia e Singapura. Devem ainda ser iniciadas negociações bilaterais para estudar as possibilidades de emigração de trabalhadores timorenses para a Austrália, com vista a colmatar as carências laborais nesse país.

É necessário tirar partido da comunidade timorense no estrangeiro que, embora reduzida, pode dar um importante contributo: i) tirando partido dos seus conhecimentos e experiência na respectiva área de competência, principalmente agora, numa altura em que está a ser elaborado o segundo Plano de Desenvolvimento Nacional; ii) no apoio à migração; iii) na atracção do investimento estrangeiro e, até, iv) na promoção do turismo.

Devemos ainda estudar as vantagens de uma imigração selectiva. Casos de países da região, como Singapura e a Malásia, revelam a importância da mão-de-obra estrangeira para a satisfação das suas necessidades do desenvolvimento. Contudo, no caso de Timor-Leste, isto necessitará de ser conjugado com investimento externo directo no desenvolvimento de infraestruturas para o turismo.

3.8.i Emigração / Emprego

As acções propostas pela Estratégia incluem: 1) iniciação de negociações e celebração de protocolos de acordo; ii) incentivar a implantação de promotores de emprego privados estrangeiros, criação da respectiva associação e estabelecimento de contactos no estrangeiro; iii) organização de *road shows* (feiras itinerantes), vide Quadro 6.

Quadro-6
Emigração / Emprego

O que é necessário□	O que deve ser feito, ou seja Objectivo/Acção□	Ministério envolvido	Como se irá proceder□	Apoio dos doadores/ externo previsto
Protocolos de acordo	Discutir e iniciar as negociações para a celebração de pelo menos um Protocolo de acordo, primeiro, com os governos Australiano e Coreano, posteriormente, com Singapura, Malásia, Hong Kong, e Taiwan China	Ministério dos Negócios Estrangeiros Ministério da Educação e da Cultura e SEFOPE	Lista da população timorense, especificando o nível de habilitações e qualificações profissionais, incluindo diplomados do ensino superior, titulares de cursos técnicos do ensino secundário, trabalhadores qualificados e até agricultores, de acordo com o sexo . Início de conversações com a associação de pequenas e médias empresas da Coreia. Identificação das qualificações procuradas e prestação de formação nas áreas relevantes, levada a cabo principalmente por formadores de ONG. Início de negociações com o governo coreano com vista a colocar Timor-Leste na lista dos países de origem “preferidos”. Negociações com o Governo da Austrália em seguimento da carta do Primeiro Ministro ao seu homólogo Australiano.	Assistência técnica e apoio nas negociações por parte da OIM e OIT
Feiras Itinerantes	Organização de 5 feiras em 2009 bem como nos anos subsequentes.	Ministério dos Negócios Estrangeiros Ministério da Educação e da Cultura e SEFOPE	Deverão coincidir com as feiras organizadas para promover o turismo. Modalidades a determinar em estreita colaboração com as representações timorenses no estrangeiro e a comunidade/diáspora timorense Elaboração de manuais/brochuras sobre a mão-de-obra timorense, especificando os níveis de habilitações e qualificações profissionais, incluindo diplomados do ensino superior, titulares de cursos técnicos do ensino secundário, trabalhadores qualificados e até agricultores, de acordo com o sexo. Participação dos Promotores de emprego estrangeiros nos <i>road shows</i> .	Assistência técnica e apoio nas negociações por parte da OIM e OIT

			Avaliação das necessidades de formação que deverá, em grande parte, ser ministrada por ONG.	
Promotores de emprego estrangeiros	Criação da associação de promotores de emprego, incluindo os respectivos estatutos, código deontológico e titulares eleitos dos órgãos sociais.	SEFOPE	As Agências de Emprego Estrangeiras são entidades privadas, que devem estar registadas junto do SEFOPE. A regulamentação relativa às Agências de Emprego Estrangeiras é definida pelo SEFOPE. A formação, ministrada principalmente por formadores de ONG, incidirá sobre o papel, funções e práticas das Agências de Emprego Estrangeiras. Publicação de manuais/brochuras elaborados pelas Agências de Emprego Estrangeiras.	Assistência técnica e informações sobre as melhores práticas da OIM e OIT

3.8.ii Acções e medidas imediatas

Iniciar as negociações e assinar os acordos de cooperação com pelo menos os Governos da Austrália e da Coreia,
 Organização de 5 Feiras de Turismo em 2009, e
 Criação da Associação de Promotores de Emprego, com uma Constituição, Código de Conduta e titulares eleitos dos órgãos sociais.

3.9 Criação de Emprego no Sector do Petróleo, do Gás e dos Minerais

Timor-Leste está dotado de recursos minerais e naturais. Sabe-se que o país possui recursos de cobre, ouro e prata. Também possui mármore, gesso, fosfato, etc. Para além disso constitui a maior reserva de petróleo *offshore* da costa Sul, e as principais reservas de gás situam-se nos terrenos de Bayu Undan. Contudo, são menos conhecidas as potencialidades dos recursos em petróleo na e perto da costa. A área mais promissora é sabido ter triliões de pés cúbicos em reservas de gás.

A verdadeira natureza e extensão de recursos minerais e naturais do país ainda não é completamente conhecida. Ainda só elaborámos um inventário inicial do potencial dos nossos solos com o apoio do UN-ESCAP, que terá agora de ser complementado com um estudo detalhado de viabilidade. Simultaneamente, foi elaborada uma estratégia para registar os recursos naturais e minerais do país incluindo também um mecanismo para atrair investidores estrangeiros. O sector tem potencial no emprego para os mais qualificados, em pequeno número, mas vai necessitar de recursos humanos especializados e altamente especializados, técnica e profissionalmente. Portanto, a atenção ao desenvolvimento dos recursos humanos será um ponto alto na agenda.

3.9.i Desenvolvimento do Sector do Petróleo, Gás e Minerais para a criação de emprego

As acções propostas na estratégia incluem: i) desenvolver um estudo detalhado de viabilidade e clarificar a natureza e extensão dos recursos disponíveis – *on* e *off-shore*, ii) desenvolver um pacote de incentivos para os investidores em particular os investidores estrangeiros, e iii) desenvolver os recursos humanos para o sector, ver quadro – 7.

Quadro-7

Desenvolvimento do Sector do Petróleo, Gás e Minérios para a Criação de Emprego

O que é necessário□	O que deve ser feito, ou seja Objectivo/Acção□	Ministério envolvido	Como se irá proceder□	Apoio dos doadores/ externo previsto
Compreender a natureza e extensão dos recursos disponíveis	Desenvolver um estudo detalhado de viabilidade e clarificar a natureza e extensão dos recursos disponíveis tan-to <i>on-</i> como <i>off-shore</i> .	Secretaria de Estado para os Recursos Naturais.	É formado um grupo de trabalho para desenvolver os termos de referência (TORs) para o estudo de viabilidade. Os TORs desenvolvidos tal como se espera, incorporam o trabalho efectuado no estudo inicial realizado com o apoio da UN-ESCAP.	Procurar o apoio do PNUD e cooperação Australiana
Uma política sectorial para atrair investidores	Desenvolver um pacote de incentivos para os investidores em particular os investidores estrangeiros	Ministério do Comércio e Indústria em conjunto com a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais.	É constituído um grupo de trabalho para desenvolver o pacote de incentivos. Ampla divulgação do pacote após o seu desenvolvimento. Os recursos humanos da Diáspora Timorense também serão envolvidos na divulgação do pacote e na angariação do investimento estrangeiro.	Tal como acima descrito.
Abordar as questões relativas aos recursos humanos	Desenvolvimento dos recursos humanos para o sector	SEFOPE em conjunto com a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	É criado um Instituto de Formação Técnica e Profissional especificamente para os recursos do petróleo, gás e minerais. É formado um Organismo Empresarial específico para o Sector.	Assistência técnica e informação sobre as melhores práticas da OIT e da ONUDI

Desenvolvimento dos Recursos Humanos e Melhoria das Competências Técnicas e Profissionais

“O Governo pretende criar as condições para: i) uma melhor articulação entre o ensino secundário geral, o ensino técnico e a formação profissional; ii) a formação profissional; iii) o ensino técnico-profissional; iv) a comparticipação de refeições, serviços de cantina, transporte para os alunos.”. GOTL (2007)

Embora a violência de 1999, resultado de Timor-Leste caminhar para a independência, tenha provocado a destruição de 90% das infra-estruturas e equipamentos escolares, esforços concertados contribuíram para a normalização da vida escolar de 3/4 dos 285.000 alunos timorenses. Tendo em conta o objectivo do Plano de Desenvolvimento Nacional de implantar, pelo menos, uma escola em cada Suco, foi elaborado um Quadro Estratégicos para a Educação 2004-2008.

O desafio que se coloca a Timor-Leste é o dos 265.000 analfabetos com mais de 15 anos. Outra dimensão deste desafio é melhorar o acesso das populações rurais pobres às estruturas de formação. A qualidade e relevância da educação e, principalmente, da formação profissional é ainda outra questão a que o governo atribui prioridade.

A agricultura representa o principal meio de subsistência da população timorense, que se dedica à cultura do milho, arroz, café, pecuária, avicultura, silvicultura e pescas. A Secção relativa à agricultura no Capítulo 3 deste documento identificou, directa e indirectamente, as necessidades de educação e formação nesta área. No Capítulo 3, salienta-se ainda a necessidade de instalar explorações avícolas, aquacultura, pescas e explorações leiteiras modelo e de construir canais de irrigação e assegurar a respectiva manutenção. Verifica-se que para permitir à maioria sair da pobreza e ultrapassar a agricultura de subsistência, é necessário aumentar a sensibilização dos agricultores e melhorar as suas competências técnicas e profissionais. Só assim é possível alcançar resultados visíveis e sustentáveis em termos de emprego e desenvolvimento. Esta estratégia recomenda o desenvolvimento de mecanismos adequados visando a melhoria das competências das pessoas que trabalham na agricultura, bem como noutras actividades.

Os “Triângulos de Crescimento”, abordados no capítulo 3, apontam para a necessidade de colmatar numerosos défices de competências e formação, no sector da construção, área que carece de canalizadores, armadores de ferro, pedreiros, carpinteiros, electricistas, pessoal qualificadas em gestão, prestação de serviços, organização de empresas, comércio, etc.

Noutra secção do Capítulo 3, relacionada com os projectos de infra-estruturas e obras públicas, recomenda-se que seja dado início aos seguintes projectos: i) Sistemas para armazenamento de água/reservatórios; ii) revestimento de cursos de água; iii) centros comunitários nos Sucos; iv) desenvolvimento da rede viária rural; v) reparação das estradas nas áreas urbanas e rurais; vi) manutenção das estradas nas áreas urbanas e rurais; vii) criação de centros de saúde nos Sucos; viii) pavimentação das ruas e ix) criação de centros de lazer para os jovens. Embora a natureza e dimensão das necessidades de competências e de formação não seja ainda conhecida, indicadores evidenciam carências, abrangendo desde

profissionais na área das engenharias, saúde, paramédicos, construção, gestão, encarregados, técnicos de reparação e manutenção, etc.

Na Secção sobre habitação do Capítulo 3 que contempla: i) bairros informais; ii) habitação social e iii) núcleos habitacionais, salientam-se lacunas de pessoal, desde, engenheiros, arquitectos, empreiteiros, gestores e encarregados, pessoal qualificado em organização de empresas, gestão de stocks, etc. Nas Secções sobre o emprego na indústria transformadora, comércio interno e turismo estão ainda por identificar as necessidades de competências. Estas áreas carecem de pessoal qualificado, nomeadamente licenciados em gestão, contabilistas, auditores, operadores turísticos, especialistas em informática, engenheiros, técnicos e mão-de-obra qualificada. Saliente-se que a maioria dos postos de trabalho a criar se destinam aos jovens (mulheres e homens), pelo que se deverá dar prioridade à educação - educação de qualidade – à formação e ao desenvolvimento das competências.

Importa não só reduzir o abandono escolar precoce, mas também melhorar o acesso a uma educação básica de qualidade e de aumentar a capacidade de resposta dos sistemas de educação e formação às necessidades do mercado de trabalho. Deverão ser criados mecanismos para integrar gradualmente aulas sobre gestão e empreendedorismo, bem como orientação sobre formação profissional/competências no ensino geral, a partir do 6º ano de escolaridade. Os programas “Generate Your Own Business Idea” “Improve Your Business” e “Know About Business” poderiam por exemplo ser integrados nos currículos do ensino secundário geral. Da mesma forma, os cursos das escolas secundárias técnicas deveriam incluir aulas sobre empreendedorismo, gestão/gestão de stocks.

Aumentar a formação do pessoal docente, fornecer almoços na escola e assegurar o transporte escolar são áreas que carecem de uma resposta efectiva.

Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho



eficiência de uma política de emprego estratégica depende fundamentalmente da disponibilidade de dados suficientes, fiáveis e desagregados sobre a população empregada e desempregada. Reconhece-se a necessidade de dispor de informações sobre:

- i) a população desempregada, ou seja, quem são, sexo, habilitações literárias, nível de competência, morada, duração do período de desemprego, experiência profissional; e
- ii) a população ocupada, ou seja, sexo, habilitações literárias, nível de competência, empregador; actividades e áreas, relevância das respectivas habilitações e competências para o trabalho/tarefas desempenhadas, quanto tempo demorou a encontrar trabalho, primeiro emprego ou novo emprego □ Salário/nível de rendimentos e condições de trabalho. Note-se que estes dados também são necessários para a implementação bem sucedida de um programa de desenvolvimento de recursos humanos, sendo ainda úteis no domínio da orientação profissional e do aconselhamento sobre emprego. A disponibilização destes dados contribuiria, ainda, para a prestação de serviços de emprego, Ghayur (2006).

Um Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho (SIMT) eficaz é fundamental para criar um mecanismo institucional para analisar a criação de emprego e o desenvolvimento dos recursos humanos. O Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho permite acompanhar e analisar o mercado de trabalho, contribuindo ainda para a prestação de serviços de emprego e colocação, orientação profissional e aconselhamento sobre emprego. Contribui ainda para a manutenção de um registo dos desempregados e para a angariação de ofertas de emprego junto dos empregadores. Importa desenvolver um SIMT que além das partes interessadas, abranja também todas as regiões e distritos. Em Timor-Leste a integração vertical do SIMT com os distritos, sub-distritos e segundo nível dos Triângulos de Crescimento (Centros de Apoio ao Desenvolvimento) seria consentânea com a política proposta de promoção do desenvolvimento e do crescimento através da criação de emprego diversificado e distribuído geograficamente e desenvolvimento dos recursos humanos. O sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho seria implantado em 4 níveis:

1. 1º nível: Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE), entidade de coordenação
2. 2º nível: Centros de Emprego de Distrito
3. 3º nível: Sub-distritos
4. 4º nível: todos os Centros de Apoio ao Desenvolvimento no âmbito dos Triângulo de Desenvolvimento

A cada nível, deve proceder-se à integração horizontal com as diferentes partes interessadas, incluindo organizações de empregadores e de trabalhadores, instituições de educação e

formação profissional, cooperativas, ONG envolvidas e associações de agricultores. Ao nível dos distritos, os Centros de Emprego serviriam de pontos focais para a prestação de serviços, registo e colocação de desempregados, acompanhamento da evolução do mercado de trabalho, etc., sendo os dados recolhidos enviados para a SEFOPE.

O Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho contribuiria para: i) organizar acções de formação profissional para os desempregados; ii) programas de obras públicas temporários remunerados; iii) sistemas de micro-crédito destinados em particular aos jovens desempregados, mulheres e homens, para os ajudar a criar a própria empresa; iv) atribuir subsídios salariais, para promover o emprego dos desempregados desfavorecidos no mercado de emprego, em particular grupos vulneráveis de desempregados, como pessoas portadoras de deficiência, jovens à procura do primeiro emprego e mulheres.

Como acima referido, o Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho associado à modernização dos serviços públicos de emprego, incluindo bolsas de emprego, e informação exaustiva e actualizada sobre o mercado de trabalho, orientação profissional e aconselhamento, seria implementado no âmbito de um projecto piloto, com o apoio técnico e financeiro da OIT.

Conclusões e Recomendações

A ENE está em harmonia e baseia-se no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), bem como no Programa do IV Governo Constitucional 2007-2011, metas e objectivos definidos para o país com vista à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), Programas de Investimento Sectorial (PIS), políticas e programas de emprego implementados desde a independência, outros documentos de política nacional e a Agenda Global para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Neste documento, salientam-se também os numerosos problemas e desafios que se colocam actualmente à definição e implementação das políticas e programas. Está a ser desenvolvido, por exemplo, no momento em que o PIB está em decréscimo. A economia evidencia cada vez mais a sua incapacidade para gerar emprego/oportunidades de emprego. O desajustamento entre a oferta e a procura de emprego está patente nas taxas de desemprego, em particular dos jovens. A maioria da população activa trabalha na agricultura de subsistência e actividades de pequena escala nas zonas rurais. Um terço da população trabalha fora da economia monetarizada. A percentagem de trabalhadores empregados em empresas formais é baixa. A maioria das empresas da economia formal (72%) tem menos de 10 trabalhadores ao seu serviço. O capital inicial da maioria das empresas provém de recursos pessoais ou familiares. 45% das empresas da economia formal e cerca de 90% das empresas da economia informal nas zonas urbanas têm um volume de negócios anual inferior a USD 5.000. Além de ser reduzido, o sector moderno - o sector formal - abrange poucas actividades. O sector da transformação é praticamente inexistente.

Além de serem poucos, os formandos do Sistema de Formação Profissional (SFP) apresentam baixos níveis de competências ou nenhuma competência e as competências adquiridas não correspondem às necessidades do mercado de trabalho, o que representa um grave problema. Os cursos de formação (quando existem) em agricultura e actividades afins, como: i) práticas agrícolas e produtividade; ii) pecuária; iii) avicultura; iv) pescas e aquacultura; v) silvicultura; vi) transformação agro-alimentar; vii) embalagem; viii) produção leiteira, etc., são de curta duração, verificando-se a mesma situação noutras áreas, como a gestão, turismo, hotelaria, gestão administrativa, línguas estrangeiras e empreendedorismo – que conferem melhores oportunidades de emprego.

Este documento enuncia, contudo, razões para optimismo, nomeadamente a criação e consolidação progressiva das instituições, maior consistência das políticas e reconhecimento da existência de pontos fracos e pontos fortes. Sublinhe-se ainda o dividendo demográfico – uma enorme reserva de população jovem, que poderá constituir um verdadeiro trunfo para o país, se se apostar no desenvolvimento das competências, educação e formação profissional desta população.

A Estratégia Nacional para o Emprego constitui um instrumento integrado e coordenado para a criação de emprego produtivo - geograficamente distribuído - e a redução da pobreza. Para o efeito, define acções concretas a implementar, propondo a implementação de projectos-piloto no caso de iniciativas importantes. As áreas de criação de emprego identificadas incluem: i) agricultura; ii) emprego nas zonas rurais; iii) projectos de infra-estruturas e obras públicas; iv) habitação; v) indústria transformadora; vi) comércio interno; vii) turismo; viii) emigração. São ainda identificadas as áreas em que os timorenses carecem de competências técnicas e profissionais.

Recomenda-se que seja dada prioridade ao desenvolvimento das Aldeias e Sucos, bem como à construção das ligações rodoviárias aos sub-distritos, para melhorar o acesso aos

mercados de escoamento dos produtos agrícolas e rurais e, desta forma, contribuir para a criação de emprego produtivo e para a diversificação das actividades económicas. Os Aldeias e Sucos vêem-se actualmente confrontados com uma série de obstáculos que podem ser ultrapassados, recorrendo a uma abordagem de desenvolvimento rural integrado. Esta estratégia propõe o estabelecimento de “Triângulos de Crescimento” (TC), com vista à integração das zonas rurais, envolvendo a coordenação das diferentes actividades, incluindo o pequeno comércio, serviços, formação, produção, comercialização, manutenção, instalação das infra-estruturas básicas, acesso ao crédito e serviços de apoio do Estado.

Na agricultura, a Estratégia Nacional para o Emprego contempla uma série de obstáculos ao desenvolvimento do sector, propondo acções nas seguintes áreas: i) aumento da produtividade das explorações; ii) aumento da produção e qualidade do café, incluindo a definição de uma estratégia de marketing com a criação de uma marca; iii) instalações de armazenamento de colheitas; iv) melhoria das práticas de irrigação; v) melhoria das embarcações e redes de pesca; vi) criação de explorações leiteiras e avícolas; vii) desenvolvimento da aquacultura; viii) criação de instalações leiteiras e de avicultura.

Nas áreas das infra-estruturas e obra públicas, este documento propõe os seguintes projectos: i) Sistemas para armazenamento de água/reservatórios; ii) revestimento de cursos de água; iii) centros comunitários nos Sucos; iv) desenvolvimento da rede viária rural; v) reparação das estradas nas áreas urbanas e rurais; vi) manutenção das estradas nas áreas urbanas e rurais; vii) criação de centros de saúde nos Sucos; viii) pavimentação das ruas e ix) criação de centros de lazer para os jovens. No sector da habitação, são propostas as seguintes intervenções: i) reabilitação dos bairros informais; ii) construção de habitação social e iii) construção de núcleos habitacionais. Nos sectores da indústria transformadora, comércio interno e turismo, identificaram-se muitas oportunidades de emprego, abrangendo desde trabalhadores da construção civil, a técnicos, engenheiros, arquitectos, empreiteiros, gestores e encarregados, pessoal qualificado em organização de empresas, gestão de stocks, pessoal qualificado, nomeadamente licenciados em gestão, contabilistas, auditores, operadores turísticos, especialistas em informática, engenheiros, técnicos e mão-de-obra qualificada. Entre as propostas apresentadas, destaca-se também, a organização de *road shows*, estabelecimento de contactos, celebração de acordos, protocolos de acordo, promoção de agências de emprego estrangeiras e o envolvimento da diáspora timorense.

Saliente-se que a maioria dos postos de trabalho a criar se destinam aos jovens (mulheres e homens), pelo que se deverá dar prioridade à educação – educação de qualidade – à formação e ao desenvolvimento das competências. A Estratégia Nacional para o Emprego sublinha, não só a importância de reduzir o abandono escolar precoce, mas também de melhorar o acesso a uma educação básica de qualidade e de aumentar a capacidade de resposta dos sistemas de educação e formação às necessidades do mercado de trabalho. Deverão ser criados mecanismos para integrar gradualmente aulas sobre gestão e empreendedorismo, bem como orientação sobre formação profissional/competências no ensino geral, a partir do 6º ano de escolaridade. Os programas “Generate Your Business Idea” “Improve Your Business” e “Know About Business” poderiam por exemplo ser integrados nos currículos do ensino secundário geral. Da mesma forma, os cursos das escolas secundárias técnicas deveriam incluir aulas sobre empreendedorismo, gestão/gestão de stocks.

Integrar juventude e Género é o quebra-cabeças desta estratégia. A Política Nacional para a Juventude de Timor-Leste define juventude com idades dos 16-30 anos (RDTL2007c). Este grupo etário deve ser observado enquanto se implementarem as acções como apresentadas nesta estratégia. A Política Nacional para a Juventude também ambiciona “

uma jovem estratégia de emprego” através da Secretaria de Estado para a Juventude e do apoio do SEFOPE.

Este documento recomenda ainda a criação de um Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho (SIMT), implantado em 4 níveis, para analisar os dados de registo, colocação, aconselhamento sobre emprego, orientação profissional e programas “dinheiro em troca de trabalho” em que os Centros de Emprego de Distrito assumirão o papel de pontos focais.

Uma efectiva implementação desta estratégia vai requerer:

. A constituição dum comité inter-ministerial coordenador para promover maiores sinergias com as políticas sectoriais e o Plano de Desenvolvimento Nacional, actualmente em elaboração, e integrar o emprego e melhoria dos recursos humanos no processo de desenvolvimento, bem como desenvolver políticas sectoriais e afectar verbas, esta Estratégia Nacional para o Emprego recomenda a criação de uma “Comissão Ministerial para a Formação Profissional e o Emprego”, cujo secretariado seria assegurado pela SEFOPE, sendo ainda necessário reforçar o trabalho: i) da “Comissão Inter-Ministerial para o Emprego e Desenvolvimento de Competências” e “Comité Director para a Migração”.

Esta estratégia preconiza ainda a operacionalização, logo que possível, do “Instituto de Valorização da Mão-de-Obra”, bem como a elaboração e implementação do “Plano de Acção Nacional para o Emprego dos Jovens”.

. O Comité inter-ministerial coordenador é constituído por: a) ministros da i) agricultura, ii) economia e planeamento, iii) educação e cultura, iv) finanças, v) Negócios Estrangeiros, vi) saúde, vii) obras públicas, viii) transporte e comunicações, ix) turismo, comércio e indústria, b) Secretarias de Estado de: i) pescas, ii) formação profissional e emprego, iii) juventude e desporto. A coordenação necessária será prestada pelo SEFOPE.

. Nomeação da “Pessoa Chave” em cada Ministério/Secretaria de Estado a fazer parte do comité atrás referido.

. Estabelecimento duma “Unidade de Implementação da Estratégia Nacional para o Emprego” dentro do SEFOPE para a coordenar e monitorizar.

. Desenvolvimento dum Plano de Acção Nacional para o Emprego da Juventude verificando cuidadosamente o conjunto de recomendações do NES. O plano de acção nacional desenvolve-se em mútua colaboração com a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos de forma a conseguir maiores sinergias com a Política Nacional para a Juventude.

. O desenvolvimento da Política Nacional de Educação e Formação Técnica e Profissional faz-se em diferentes dimensões e acções propostas no NES.

. Acções rápidas em pôr o Instituto de Desenvolvimento da Mão de Obra completamente funcional.

. Desenvolvimento dum Sistema de Informação do Mercado de Trabalho, bem coordenado e de fácil compreensão.

. Fortalecimento e expansão dos “Centros de Desenvolvimento Empresarial”.

Desde a Independência, o país fez progressos notáveis na criação das instituições essenciais à gestão das finanças do Estado. Não foi, porém, ainda alcançado o crescimento económico necessário ao desenvolvimento do emprego digno e redução da pobreza. Num contexto em que, a curto prazo, as perspectivas de investimento por parte do sector privado são muito fracas, o governo deve assumir um papel de principal promotor para o relançamento da economia, através de intervenções eficientes e adaptadas para enfrentar o triplo desafio que se nos depara: crescimento económico, criação de emprego e redução da pobreza. Esta

Estratégia Nacional para o Emprego constitui uma proposta do povo e do Governo Timorense para alcançar estes objectivos.

Bibliografia

- BAD (2005). **Country Strategy and Program Update 2006-08**. República Democrática de Timor-Leste. Banco Asiático de Desenvolvimento.
- Das, Maitreyi Bordia and O’Keefe Philip (2007). **Enterprise, Workers and Skills in Urban Timor Leste**. World Bank Policy Research Working Paper 4177, March 2007. Human development Unit. East Asia and Pacific Region. Banco Mundial.
- Edmonds, Geoff (2007). **Pakistan: Increasing Employment in Rural Infrastructure Development Program**. Advisory Support, Information Services and Training. Asia and Pacific. ILO.
- Ghayur, Sabur (2006). **Employment and Skills Development for Decent Work: Issues and Strategies**. In Ghayur, Sabur (2006) (ed) Pakistan: Decent Employment Generation and Skills Development. Papers, Synthesis and Recommendations of the National Tripartite Forum on Employment and Skills. Labour and Manpower Division. Government of Pakistan. Islamabad.
- GOP (2008). **National Employment Policy Draft**. Policy Planning Cell. Ministry of Labor, Manpower and Overseas Pakistanis. Government of Pakistan. Islamabad.
- (1989). **Report of National Manpower Commission**. National Manpower Commission. Labor and Manpower Division. Government of Pakistan. Islamabad.
- GOTL (2007) Economic and Social Development Brief. Elaborado pelo Banco Mundial e pelo Banco Asiático de Desenvolvimento.
- GOTL (2007). **Youth Employment Promotion Program Outline**. Elaborado pela Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional, em conjunto com a OIT. Governo de Timor-Leste. Díli.
- (2007a). **Programa do IV Governo Constitucional 2007-2011**. Presidência do Conselho de Ministros. Díli.
- (2007b). **Short Term Employment Opportunities through Labor Intensive Public Works: Policy and Guidelines**. Elaborado pela Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional, em conjunto com a OIT. Governo de Timor-Leste. Díli.
-(2007c). **National Youth Policy of Timor-Leste**. Secretaria de Estado da Juventude e Desporto. Governo da República Democrática de Timor-Leste. Díli.
- (2006). **Timor Leste Human Development Report 2006**.
- (2006a). **Education and Training: Priorities and Proposed Sector Investment Program**. Ministério da Educação e Cultura. Governo de Timor-Leste. Díli.

- (2006b). ***Agriculture, Forestry and Fisheries: Priorities and Proposed Sector Investment Program***. Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas /Secretaria de Estado das Pescas /Ministério do Desenvolvimento. Governo de Timor-Leste. Díli.
- (2006c). ***Transport, Priorities and Proposed Sector Investment Program***. Ministério dos Recursos Naturais, Minerais e da Política Energética e Ministério das Obras Públicas (DRBFC). Governo de Timor-Leste. Díli.
- (2006d). ***Housing and Urban Development Priorities and Proposed Sector Investment Program***. Ministério das Obras Públicas (DRBFC). Governo de Timor-Leste. Díli.
- (2005). ***Timor Leste 2005: Millennium Development Goals – Where Are We Now?*** Governo de Timor-Leste. Díli.
- IFC & ADB (2007). ***Economic and Social Development Brief***. Elaborado pelo Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento em consulta com os parceiros de desenvolvimento. Sociedade Financeira Internacional/Banco Asiático de Desenvolvimento.
- Valeria Fichera, Ashok Bhundia , and Yitae Kevin Kim (2005). ***Democratic Republic of Timor-Leste Selected Issues and Statistical Appendix***. Fundo Monetário Internacional.
- WB (2006). ***Doing Business in 2006***. Banco Mundial.
-2005). ***Timor-Leste Living Standards Measurement Survey 2001***. (Inquérito às Condições de Vida em Timor-Leste) Informações básicas.

Quadro Anexo 1

Indicadores sócio-económicos

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Crescimento do PIB (%)	-35	15.4	16.6	-6.7	-6.2	0.3	2.3	..
Inflação (IPC, % p.a.)	..	3.0	3.6	(0.4)	0.1	0.8	1.8	..
Investimento fixo (USD milhares)	..	118.8	145.4	118.9	105.0	59.9	73.9	..
PIB per capita (USD)	351	401	444	398	359	352	352	347
População (milhares)	780	788	830	863	898	918	939	961
Pobres (milhares)	270	..	329	..	..	..	..	..

Fontes: FMI World Economic Outlook Database (Setembro de 2006) e Governo de Timor-Leste: Combate à Pobreza como Causa Nacional (Díli, 2006).

Quadro Anexo 2

Distribuição do PIB por sector (% a preços constantes de 2000)

Sector	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura, Florestas e Pescas	34.2	25.8	24.0	27.3	29.0	30.6	31.8
Sector alimentar		22.1	20.7	21.9	21.8	23.2	24.3
Agricultura comercial		3.2	2.9	4.9	6.7	6.9	6.9
Silvicultura e pescas comerciais	0.5	0.4		0.4	0.5	0.6	0.6
Industria e Serviços	27.1	31.0	29.3	31.3	32.9	33.4	33.4
Indústrias extractivas	1.1	1.2	1.0	0.9	0.8		
Indústria transformadora	2.8	2.8	3.0	3.2	3.4		
Construção privada	4.5	5.0	4.4	4.4	4.3		
Transportes & telecomunicações	5.7	7.2	6.9	8.0	9.1		
Comércio grossista e retalhista	6.3	7.8	6.9	6.9	7.2		
Serviços financeiros e outros	6.7	7.1	7.1	7.8	8.2		
Sector Público	38.7	43.2	46.7	41.4	38.1	36.0	34.8
Serviços públicos	21.0	7.2	13.9	16.8	20.4	21.9	23.0
Empresas de serviço público	0.8	0.9	0.4	0.8	1.1	1.2	1.4
Construção pública	7.9	8.7	7.6	6.3	4.6	4.3	5.3
Nações Unidas	9.0	26.4	24.8	17.5	12.0	8.6	5.1
Total PIB não petrolífero	100	100	100	100	100	100	100
PIB não petrolífero (USD milhões)	278.2	316.3	368.4	343.9	322.6	323.8	331

Fonte: Governo de Timor-Leste, 2006.

Quadro Anexo 3

Distribuição do Emprego por Sexo e Região – A nível nacional e em Díli em 2004

	Nacional			Díli		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Governo	5.8%	7.8%	3.2%	16.3%	21.0%	10.0%
Nações Unidas	1.0%	1.4%	0.6%	2.5%	3.1%	1.6%
ONG	2.2%	2.9%	1.2%	8.4%	11.3%	4.5%
Sector privado	3.2%	3.0%	3.6%	7.7%	9.7%	4.9%
Trabalhador independente	10.7%	9.0%	12.9%	21.4%	25.5%	15.8%
Agricultura/pesca de subsistência	75.3%	73.8%	77.3%	38.8%	22.8%	60.6%
À procura de emprego e disponível para trabalhar	1.8%	2.2%	1.2%	4.9%	6.6%	2.5%

Fonte: 2004 Censo

Quadro Anexo 4

Distribuição do Emprego por Sector e Sexo – A nível nacional e em Díli em 2004 (%)

	Nacional		Díli	
	2001	2004	2001	2004
Homens				
Agricultura	82.3	82.3	22.5	26.9
Indústria	4.3	2.2	13.9	7.1
Serviços	13.4	15.5	63.9	66.0
Mulheres				
Agricultura	80.8	83.2	15.1	63.4
Indústria	3.2	0.8	2.9	1.2
Serviços	16.0	16.0	82.0	35.4

Fonte: Inquérito às Condições de Vida em Timor-Leste, 2001 e cálculos baseados no Censo de 2004

Quadro Anexo 5

Empresas formais por sector

Sector	% Empresas formais
Comércio grossista e retalhista & manutenção/reparação	40.7
Construção	19.8
Saúde, Educação e outros serviços sociais	17.8
Outros	12.8
Hotelaria e restauração	12.4
Transportes, armazenagem e comunicações	5.4
Indústrias extractivas, electricidade, gás	3.1
Sector transformador	2.5
Agricultura e afins	0.8

Fonte: UES 2004 in World Bank, 2005, op. cit.

Quadro Anexo 6

Desemprego por Sexo e Região – A nível nacional e em Díli em 2004

	Nacional	Díli
Desemprego declarado (%)	1.8	4.9
Homens	2.2	6.6
Mulheres	1.2	2.5
Desemprego, incluindo “trabalhadores desencorajados” (%)	8.5	23.0
Homens	10.0	28.4
Mulheres	6.5	14.2

Fonte: TLC 2004

Quadro Anexo 7

Terras agrícolas de acordo com a situação de irrigação e região (milhares de hectares)

Região	Terra	Irrigada	% Irrigada
Oriental	61	28	46
Central	139	17	13
Ocidental	41	07	17

Fonte: HDR 2006

ANEXO – A

Ministérios– Objectivos/Ações Específicas

I – Ministério da Agricultura e Pescas

O que é necessário□	O que deve ser feito, i.e. Objectivo/Ação□	Ministério envolvido ou Secretaria de Estado	Como se irá proceder□	Apoio externo dos doadores/ previsto
Aumento da produtividade das culturas do milho e do arroz	Agricultores a usar pesticidas e fertilizantes e melhorar as variedades de sementes. Duplicar num ano as acções acima descritas, garantindo nos anos subsequentes um aumento em pelo menos 5 %	Ministério da Agricultura e Pescas	Seleção de 4-5 Sucos onde a cultura do milho e do arroz tem maior expressão, em estreita colaboração com as associações de agricultores e a comunidade local. Sensibilização e formação dos agricultores, levadas a cabo de preferência por formadores de ONG. Previsão no Orçamento do Governo de subsídios a atribuir. Projecto-piloto a desenvolver durante 2 anos	Eventual participação da FAO no projecto. Piloto
Aumento da produção de café	----- Renovação e poda dos café-eiros, de pelo menos 5% dos agricultores, em 2009, e por 10% dos agricultores nos anos subsequentes.	Ministério da Agricultura e Pescas	Seleção de 4-5 Sucos onde a cultura do café tem maior expressão, em estreita colaboração com a Cooperativa Café Timor e a comunidade local. Sensibilização dos agricultores, acerca da reabilitação e poda das plantações, e da formação levada a cabo de preferência por formadores de ONG. Subsídios atribuídos pelo governo Projecto-piloto a desenvolver durante 1 ano	Eventual participação da FAO no projecto. piloto
----- Qualidade do café e estratégia de marketing com a criação de uma marca	----- Estabelecimento de normas para o tratamento e secagem do café	Ministério da Agricultura e Pescas	----- Criação da “ Associação da Indústria do Café ”, responsável pelo estabelecimento de normas para a exportação do café e pelo desenvolvimento de uma estratégia de marketing.	----- Apoio técnico da PNUD e ONUDI. Sempre que necessário.
Instalações de armazenamento de colheitas.	Criação anual de 5 novas instalações de armazenamento das colheitas.	Ministério da Agricultura e Pescas	Os fundos necessários à concretização desta medida provêm do orçamento corrente ao abrigo do PIS, participando as cooperativas de agricultores na selecção do local , bem como na construção e gestão das instalações.	Eventual apoio técnico da FAO e da OIT
Melhoria das práticas de irrigação	Proceder anualmente à reabilitação e revestimento de 5 canais de irrigação.	Ministério da Agricultura e Pescas	Os fundos necessários à concretização desta medida provêm do orçamento corrente ao abrigo do PIS, participando as cooperativas de agricultores na selecção dos canais, para reabilitação e	----- FAO e OIT são integradas como parceiras

----- Melhoria das embarcações e redes de pesca	----- Anualmente são seleccionados 10 pescadores que irão beneficiar da utilização de barcos e redes mais evoluídos.	Ministério da Agricultura e Pescas	revestimento. Este programa deverá ser levado a cabo durante a época de menor actividade em regime de pagamento à tarefa	para apoio técnico.
----- Desenvolvimento da Indústria de Aquacultura	----- 2 explorações de produção de pérolas estabelecidas em 2009 e crescendo um número similar anualmente. Estabelecimento de centro de Aquacultura para formação profissional investigação e desenvolvimento da indústria.	Ministério da Agricultura e Pescas e Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional (SSVTE/SEFOPE)	----- Concessão de condições de crédito favoráveis. As cooperativas de pescadores participam na selecção dos beneficiários. ----- Estabelecimento de uma Associação Industrial de Aquacultura Estabelecimento de cooperativa de criadores de pérolas que inter-wirá na selecção dos locais O desenvolvimento do comércio e a cooperação entre o Programa de Desenvolvimento da Saúde e Segurança em Timor-Leste e a TradeInvest é efectivamente integrado.	----- Tal como acima descrito ----- FAO e OIT são integradas como parceiras para apoio técnico.
----- Exploração leiteira	----- Construção de uma exploração modelo junto a uma via rodoviária, e, subsequentemente, construção de 2-3 explorações por ano.	Ministério da Agricultura e Pescas	----- Criação de cooperativa de produtores de leite, que participará na escolha da localização da exploração modelo, em conjunto com a comunidade local. Os fundos necessários à concretização desta medida provêm do orçamento corrente ao abrigo do PIS, participando as cooperativas leiteiras na selecção do local/beneficiários, bem como na operacionalização do projecto. Projecto-piloto a desenvolver por 1 ano.	----- Eventual apoio técnico da FAO.
----- Avicultura	----- Construção de 5 explorações avícolas modernas e subsequentemente construção de 5 explorações/ano.	SEFOPE em conjunto com Ministério da Agricultura e Pescas	----- Os fundos necessários à concretização desta medida provêm do orçamento corrente ao abrigo do PIS, participando as cooperativas de avicultores na selecção do local/beneficiários, bem como na operacionalização do projecto. Projecto-piloto a desenvolver durante 1 ano.	----- Eventual apoio técnico da FAO
----- Sensibilização dos	----- Prestação de	SEFOPE em	----- As ONG que desenvolverem a	----- Eventual

agricultores e melhoria das respectivas competências	formação a um grupo de agricultores em 10 Sucos e assim sucessivamente nos anos seguintes.	conjunto com Ministério da Agricultura e Pescas	formação definirão os respectivos currículos sob a supervisão da SSVTE. Projecto-piloto a desenvolver durante 2 anos.	apoio técnico da OIT, que contribuirá para o financiamento do projecto piloto.
--	---	--	---	--

II – Ministério das Infraestruturas

O que é necessário□	O que deve ser feito, i.e. Objectivo/Ação□	Ministério envolvido ou Secretaria de Estado	Como se irá proceder□	Apoio externo dos doadores/previsto
Eliminação dos estrangulamentos ao desenvolvimento das infra-estruturas nas áreas rurais e localidades próximas.	Estabelecer dois Triângulos de Crescimento de 3º nível, incluindo; i) Centro de Apoio às Aldeias (CAA); ii) Centro de Apoio ao Desenvolvimento (CAD); iii) um pequeno parque industrial (PUIA). Mais tarde, pelo me-nos dois Triângulos de Crescimento a esta-belecer por ano.	Ministério das Infraestruturas	Os fundos necessários à concretização desta medida provêm do orçamento corrente ao abrigo do PIS, o apoio de doadores será importante. Os locais para os CAAse CADs a seleccionar serão escolhidos em estreita cooperação com os Chefes dos Sucos e a comunidade local. Mão-de-obra assente em tecnologia adequada é utilizada nas obras Tecnologia de baixo custo é utilizada na construção. A escolha dos locais deve ser feita onde já existirem esgotos ou estejam em construção. As Associações da Indústria também devem seleccionar as PUIAs . Empreiteiros Locais e alguma Formação serão utilizados em caso de necessidade. Projecto-piloto a desenvolver durante 2 anos	A OIT facilitará a pesquisa de doadores e apoiará no aspecto técnico.
----- Sistemas de Armazenamento de Água. Depósitos para as Águas da chuva	----- 5 reservatórios/depósitos de água são construídos por ano.	----- Ministério das Infraestruturas	----- Os fundos necessários à concretização desta medida provêm do orçamento corrente ao abrigo do PIS, o apoio de doadores será importante. Os locais a seleccionar serão escolhidos em estreita cooperação com os Chefes dos Sucos envolvidos e a comunidade local. Tecnologia de baixo custo é utilizada na construção. Empreiteiros Locais e Formação serão utilizados em caso de	----- FAO facilitará a pesquisa de doadores e apoiará no aspecto técnico. OIT dará apoio na Formação E na utilização do LBAT.

			necessidade. As necessidades de formação serão levadas a cabo de preferência por formadores de ONG. Este programa necessita contudo de ser retomado enquanto decorre o período de menor actividade na agricultura e será pago à tarefa	
Revestimento das linhas de Água	5 Linhas de água serão canalizadas anualmente	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito	----- Tal como acima descrito
Centros Comunitários nos Sucos	Centros Comunitários são construídos por ano em 5 Sucos para servirem como fonte de formação, local de encontro, pequena biblioteca, sala de jogos, clubes de jovens e de mulheres. Se possível com campo de jogos	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito mas este programa necessita contudo de ser retomado enquanto decorre o período de menor actividade na agricultura.	Tal como acima descrito
Ligações entre estradas rurais	----- Serão construídos acessos rodoviários a 5 Sucos anualmente	Tal como acima descrito	----- Tal como acima descrito mas este programa necessita contudo de ser retomado enquanto decorre o período de menor actividade na agricultura, e será pago à tarefa.	O Banco Mundial e ADB podem actuar como facilitadores e OIT actuará na formação.
----- Reparação das Estradas Rurais	----- 300 Km de estradas rurais são reparadas por ano.	----- Tal como acima descrito	----- Tal como acima descrito	----- Tal como acima descrito .
----- Manutenção das Estradas Rurais	----- Mais 300 Km de estradas rurais são alvo de manutenção anualmente.	----- Tal como acima descrito	----- Tal como acima descrito	----- Tal como acima descrito
----- Pavimento de Ruas	----- Anualmente serão pavimentadas 25% das ruas de Dili, e 15% das ruas de Baucau	----- Ministério das Obras Públicas e SEFOPE	----- Os fundos necessários à concretização desta medida provêm do orçamento corrente ao abrigo do PIS, o apoio de doadores será importante. Empreiteiros Locais e Formação serão utilizados em caso de necessidade.	----- O Banco Mundial e ADB podem actuar como facilitadores e OIT actuará na formação.

Reparação de estradas	300 Km de estradas rurais são reparadas por ano.	Ministério das Obras Públicas e SEFOPE e Ministério dos Transportes e Comunicações	Mão-de-obra assente em tecnologia adequada é utilizada nas obras. As necessidades de formação identificadas serão levadas a cabo de preferência por formadores de ONGs. Os fundos necessários à concretização desta medida provêm do orçamento corrente ao abrigo do PIS, o apoio de doadores será importante. Mão-de-obra assente em tecnologia adequada é utilizada nas obras. As necessidades de formação identificadas serão levadas a cabo de preferência por formadores de ONGs.	Tal como acima descrito
Manutenção de Estradas	300 Km de estradas rurais são alvo de manutenção todos os anos	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito	Tal como acima descrito
Centros Recreativos para a Juventude	São construídos 3 Centros de Juventude em Dili e 1 em Baucau e nos anos seguintes é construído 1 Centro noutros dois Distritos	Ministério das Obras Públicas Ministério da Agricultura Secretaria de Estado da Juventude e Desportos e SEFOPE	Os fundos necessários à concretização desta medida provêm do orçamento corrente ao abrigo do PIS, o apoio de doadores será importante. Tecnologia de baixo custo é utilizada na construção. Mão-de-obra assente em tecnologia adequada é utilizada nas obras. Empreiteiros Locais e Formação serão utilizados em caso de necessidade. As necessidades de formação serão levadas a cabo de preferência por formadores de ONGs.	O Banco Mundial e ADB podem actuar como facilitadores e OIT actuará na formação.

III – Secretaria de Estado para Formação Profissional e Emprego (SEFOPE)

O que é necessário□	O que deve ser feito, i.e. Objectivo/Acção□	Ministério envolvido ou Secretaria de Estado	Como se irá proceder□	Apoio externo dos doadores/previsto
Sensibilização dos agricultores e melhoria das respectivas competências	Desenvolvimento de competências a um grupo de agricultores em 10 Sucos e assim sucessivamente nos anos seguintes.	SEFOPE	As ONG que prestarão a formação definirão os respectivos currículos sob a supervisão da SSVTE. Projecto-piloto a desenvolver durante 2 anos.	Eventual apoio técnico da OIT, que contribuirá para o financiamento do projecto piloto.
Desenvolvimento da Indústria de Aquacultura.	Estabelecimento de centro para formação profissional, investigação e desenvolvimento da Indústria da Aquacultura .	SEFOPE	O desenvolvimento do comércio e a cooperação entre o Programa de Desenvolvimento da Saúde e Segurança em Timor-Leste e a TradeInvest são efectivamente integrados.	FAO e OIT são integradas como parceiras para apoio técnico.

Emprego na Emigração

O que é necessário□	O que deve ser feito, i.e. Objectivo/Acção□	Ministério envolvido ou Secretaria de Estado	Como se irá proceder□	Apoio externo dos doadores/previsto
Protocolos de Acordo	Discutir e iniciar as negociações para a celebração de pelo menos um Protocolo de acordo, primeiro, com os governos Australiano e Coreano, posteriormente, com Singapura, Malásia, Hong Kong, e Taiwan China	Ministério dos Negócios Estrangeiros / Ministério da Educação e Cultura / SEFOPE	Lista da população timorense, por nível de habilitações e qualificações profissionais, incluindo diplomados do ensino superior, titulares de cursos técnicos do ensino secundário, trabalhadores qualificados e até agricultores, e por sexo . Iniciar negociações com a Confederação Coreana das Pequenas Empresas. Identificação das qualificações procuradas e prestação de formação nas áreas relevantes, levada a cabo principalmente por formadores de ONG. Início de negociações com o governo coreano com vista a colocar Timor-Leste na lista dos países de origem “preferidos”. Negociações com o Governo da Austrália em seguimento da carta do Primeiro Ministro ao seu homólogo	Assistência técnica e apoio nas negociações por parte da OIM e OIT

----- Feiras Itinerantes	----- Organização de 5 feiras em 2009 bem como nos anos subsequentes.	----- Ministério dos Negócios Estrangeiros Ministério da Educação e Cultura SEFOPE	Australiano. Deverão coincidir com as feiras organizadas para promover o turismo. Modalidades a determinar em estreita colaboração com as representações timorenses no estrangeiro e a comunidade/diáspora timorense Elaboração de manuais/brochuras sobre a mão-de-obra timorense, por níveis de habilitações e qualificações profissionais, incluindo diplomados do ensino superior, titulares de cursos técnicos do ensino secundário, trabalhadores qualificados e até agricultores, por sexo. Participação dos Promotores de emprego estrangeiros nos <i>road shows</i> (feiras itinerantes). Avaliação das necessidades de formação que deverá, em grande parte, ser ministrada por ONG.	----- Assistência técnica e apoio nas negociações por parte da OIM e OIT
----- Promotores de emprego estrangeiros	----- Criação da associação de promotores de emprego, incluindo os respectivos estatutos, código de conduta e titulares eleitos dos órgãos sociais	----- SEFOPE	----- As Agências de Emprego Estrangeiras são entidades privadas, que devem estar registadas junto do SEFOPE. A regulamentação relativa às Agências de Emprego Estrangeiras é definida pelo SEFOPE. A formação, ministrada principalmente por formadores de ONG, incidirá sobre o papel, funções e práticas das Agências de Emprego Estrangeiras. Publicação de manuais/brochuras elaborados pelas Agências de Emprego Estrangeiras.	----- Assistência técnica e aconselhamento das melhores práticas por parte da OIM e OIT
-----	-----	-----	-----	-----

Salienta-se que o SEFOPE deverá estar envolvido em: i) nas acções/objectivos de outros Ministérios que requerem competências, formação e reconversão profissional, ii) desenvolvimento um Sistema de Informação abrangente sobre o Mercado de Trabalho (SIMT).

IV Ministério da Saúde

O que é necessário□	O que deve ser feito, i.e. Objectivo/Ação□	Ministério envolvido ou Secretaria de Estado	Como se irá proceder□	Apoio externo dos doadores/previsto
Centros de Saúde nos Sucos	Anualmente são construídos em 5 Sucos Centros de Saúde. De preferência perto do 1º nível dum Triângulo de Crescimento.	Ministério da Saúde	Fundos necessários com origem nos orçamentos dos PIS. O apoio de Doadores será importante. A escolha dos locais é feita em colaboração directa com os Chefes dos Sucos e das comunidades locais. Tecnologia de baixo custo é utilizada na construção Mão-de-obra assente em tecnologia adequada é utilizada nas obras São utilizados empreiteiros locais se necessário e também alguma formação As necessidades de formação são asseguradas por formadores das ONGs. Este programa será pago à tarefa	A OMS lidera a coordenação dos doadores e a OIT a área da formação

V Ministério da Educação

O que é necessário□	O que deve ser feito, i.e. Objectivo/Ação□	Ministério envolvido ou Secretaria de Estado	Como se irá proceder□	Apoio externo dos doadores/previsto
Centros Comunitários nos Sucos	Centros Comunitários são construídos por ano em 5 Sucos para servirem como fonte de informação, local de encontro, pequena biblioteca, sala de jogos, clubes de jovens e de mulheres. Se possível com campo de jogos.	Ministério da Educação e Cultura	Fundos necessários com origem nos orçamentos dos PIS. O apoio de Doadores será importante. A escolha dos locais é feita em colaboração directa com os Chefes dos Sucos e das comunidades locais. Tecnologia de baixo custo é utilizada na construção Mão-de-obra assente em tecnologia adequada é utilizada nas obras São utilizados empreiteiros locais se necessário e também alguma formação As necessidades de formação são asseguradas por formadores das ONGs. Este programa será pago à tarefa	AFAO pode actuar como facilitador na procura do apoio de doadores providenciando apoio técnico. OIT dá apoio com formação e na utilização de LBAT.

Deve ser realçado que o Ministério deverá desenvolver um mecanismo para criar um enquadramento para os Recursos Humanos e de Evolução da Formação Profissional e Competências Técnicas da força de trabalho que responda eficazmente às acções e objectivos apontados nesta estratégia para os diferentes Ministérios e Secretarias de Estado.

VI– Ministério do Turismo, Comércio e Indústria

O que é necessário□	O que deve ser feito, i.e. Objectivo/Acção□	Ministério envolvido ou Secretaria de Estado	Como se irá proceder□	Apoio dos doadores/ externo previsto
Pacotes turísticos	Criação de 5 pacotes turísticos em 2009 e de pelos menos 5 , anualmente, nos anos subsequentes.	Ministério do Turismo, Comércio e Indústria Ministério da Educação e da Cultura / Ministério dos Transportes e comunicações e SEFOPE	Modalidades a determinar em estreita colaboração com operadores turísticos de Timor-Leste e de outros países seleccionados . Locais de partida possíveis: i) Darwnin-Bali-Díli, ii) Malásia-Bali-Díli, iii) Singapur-Bali-Díli. Avaliação das necessidades de formação que deverá, em grande parte, ser ministrada por ONGs.	Organização Mundial do Turismo e Aus-Aid. OIT no que respeita à componente de formação.
Feiras de turismo itinerantes	Organização de 5 feiras de turismo em 2009 e de pelo menos 5 , anualmente, nos anos subsequentes	Ministério dos Negócios Estrangeiros Ministério do Turismo, Comércio e Indústria e SEFOPE	Modalidades a determinar em estreita colaboração com as representações timorenses no estrangeiro e a comunidade/ diáspora timorense Participação de operadores turísticos nacionais e estrangeiros Elaboração de brochuras Projecto-piloto a desenvolver durante 2 anos. Avaliação das necessidades de formação que deverá, em grande parte, ser ministrada por ONGs.	Organização Mundial do Turismo e Aus-Aid. OIT no que respeita à componente de formação
Protocolos de acordo	Negociação e assinatura de acordos de cooperação com agências oficiais responsáveis pelo turismo na Austrália, Malásia e Singapura	Ministério dos Negócios Estrangeiros Ministério do Turismo, Comércio e Indústria e SEFOPE	Financiamento pelo orçamento corrente. Participação de agências de viagem e operadores turísticos timorenses, bem como da Austrália, Malásia e Singapura.	Não aplicável

O Ministério desenvolve actividades para o estabelecimento de:

- I. Associação do Comércio de Timor-Leste (TLTC),
- II. Associação Logística de Timor-Leste (TLUSC), e
- III. Desenvolvimento de mercados nos Distritos e Sub-distritos.

E ainda para a :

- a. Implementação de pequenas empresas imobiliárias (SIE) em Dili e Baucau,
- b. Desenvolvimento de um Parque Industrial,

- c. Criação e actualização de “Centros de Desenvolvimento Empresarial”, e
- d. Fornecimento de serviços de desenvolvimento empresarial, incluindo fortalecimento e expansão dos “Centros de Desenvolvimento Empresarial”, e
- e. Desenvolvimento de Associações Industriais de Empregadores por actividades específicas.

VII– Secretaria de Estado dos Recursos Naturais

O que é necessário□	O que deve ser feito, i.e. Objectivo/Ação□	Ministério envolvido ou Secretaria de Estado	Como se irá proceder□	Apoio dos doadores/ externo previsto
Compreender a natureza e extensão dos recursos disponíveis	Desenvolver um detalhado estudo de viabilidade e clarificar a natureza e extensão dos recursos disponíveis tanto em terra como no mar.	Secretaria de Estado para os Recursos Naturais.	É formado um grupo de trabalho para desenvolver os termos de referência (TORs) para o estudo de viabilidade. Os TORs desenvolvidos tal como se espera, incorporam o trabalho efectuado no estudo inicial realizado com o apoio da UN-ESCAP.	Procurar o apoio do PNUD e a cooperação Australiana
Uma política sectorial para atrair investidores	Desenvolvendo um pacote de incentivos para os investidores em particular os investidores estrangeiros	Ministério do Comércio e Indústria em conjunto com a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais.	É formado um grupo de trabalho para desenvolver o pacote de incentivos. Ampla divulgação do pacote após o seu desenvolvimento. Os recursos humanos da Diáspora Timorense também serão envolvidos na divulgação do pacote e na angariação do investimento estrangeiro.	Tal como acima descrito.
Abordar a questão dos recursos humanos	Desenvolvimento dos recursos humanos para o sector	SEFOPE em conjunto com a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais	É criado um Instituto de Formação Técnica e Profissional especificamente para os recursos do petróleo, gás e minerais. É formado um Organismo Empresarial específico para o Sector.	Assistência técnica e informação sobre as melhores práticas da OIT e da ONUDI

